



Índice

Aprovação do Conselho de Administração	4
Relatório de Gestão	6
Crescimento do BCA	10
Principais Indicadores	16
Órgãos Sociais e de Gestão	18
Declaração sobre a Governação Corporativa	20
Informação de Gestão de Risco	24
Visão Macroeconómica	32
Canais de Distribuição	48
Demonstrações Financeiras	50
Balanço	
Demonstração de Resultados Fluxo de Caixa	
Notas às Demonstrações Financeiras	
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	80
Relatório dos Auditores Externos	80







Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do Banco Comercial Angolano, S.A. são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Para satisfazer esta responsabilidade o banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e vão assinadas em seu nome por:

Francisco da Silva Cristóvão

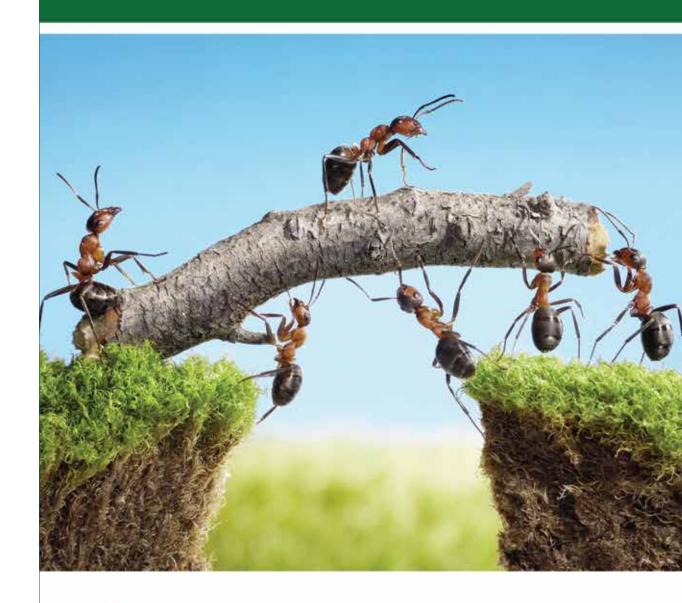
Presidente do Conselho de Administração

Mateus Filipe Martins

Presidente da Comissão Executiva

Luanda, 21 de Abril de 2014





O ÊXITO DO NOSSO TRABALHO, ASSENTA NA COESÃO DAS NOSSAS EQUIPAS





Relatório de Gestão

Relatório de Gestão - 2013

A estratégia operacional adoptada pelo Banco durante o ano de 2013, teve um efeito significativo nos resultados do ano de 2013. Apesar do ambiente regulatório introduzido pelo Banco Nacional de Angola durante os dois últimos anos, da redução das taxas de aplicações, de crédito e dos títulos e obrigações, a estratégia adoptada permitiu que o banco mantivesse os resultados líquidos estáveis, comparados com os do ano de 2012.

O banco continua a investir no melhoramento dos sistemas de controlo interno através da informatização de várias actividades do dia a dia, garantir a eficiência na prestação de serviços bancários e a diversificação dos canais de distribuição e de produtos oferecidos.

Durante o ano 2013 o banco participou em vários sindicatos bancários que visaram fomentar o crédito à economia e o relançamento da indústria transformadora em Angola, tendo deste modo aumentado o seu volume de crédito. O BCA foi também um dos bancos que assinou o protocolo com o Governo no âmbito do programa Angola Investe.

O nosso enfoque na boa gestão de risco significa que o banco apresenta rácios de solidez e rácios prudenciais acima da média e, deste modo, consegue minimizar a sua exposição ao risco e aos efeitos negativos de riscos excessivos.

As áreas que o Conselho de Administração considera como sendo de capital importância e onde utiliza mais recursos são as que seguem: Governação Corporativa (funcionamento dos vários comités de gestão e de apoio), Contabilidade de informação de gestão, gestão do risco operacional, Sala de mercados e a gestão dos riscos de liquidez e de mercado, rede de Balcões onde foi feito um refrescamento da imagem e a normalização do "layout" das novas agências, o capital humano (através de acções de formação e capacitação dos nossos recursos humanos dentro e fora do país), políticas de Know Your Customer, Compliance e Gestão de Fornecedores.

É nossa convicção que, com o crescimento contínuo do número de clientes particulares e empresas, a fidelização dos mesmos e um reforço de capital, o BCA poderá passar para uma fase de crescimento rápido e de melhor rentabilidade para o benefício de todos os "stakeholders".



Relatório de Gestão

Indicadores Financeiros

Activo

Em 2013 houve uma redução dos activos do banco em cerca de 10,64%, uma grande redução das aplicações no mercado monetário, em cerca de 33,09%, e um incremento dos créditos em 29,96% em relação ao exercício anterior. A grande erosão verificada na remuneração dos títulos desde 2012 aconselhou a definição de uma nova geometria nas rubricas do activo com investimentos a serem priorizados nas rubricas de crédito e aplicações de curto prazo no mercado interbancário (overnight) teve um grande impacto no total dos activos. Dos activos, 61,12% são remuneráveis.

Passivo

Quanto ao passivo, apesar de no seu global continuar quase constante (em relação ao exercício anterior), houve uma significativa alteração da estrutura dos depósitos com uma redução dos depósitos a prazo em 37,47%.

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios registaram um aumento gerado pelo Resultado Líquido do último exercício.

Demonstração de Resultados

Em 2013, a margem financeira cresceu em 5%. Este incremento deveu-se essencialmente ao maior investimento ao longo do ano em aplicações no país (com uma variação positiva de 109%), e em créditos (com um aumento de 28%), não obstante a redução significativa em 80% dos proveitos de títulos e valores mobiliários. A margem complementar também variou substancialmente, por influência do crescimento registado nos resultados em operações cambiais de 26%, relativamente ao ano anterior.

Proposta de Aplicação do Resultado 2013

Nos termos da regulamentação especial do Banco Nacional de Angola, nomeadamente, do número 1 do Artigo 76° da Lei das Instituições Financeiras do Instrutivo nº 09/07, das Regras prudenciais emanadas do Supervisor e da alínea j) do art.º 19 dos estatutos do Banco Comercial Angolano, propõe-se a distribuição de dividendos na proporção de AKZ 59,67 por acção totalizando 195.237 milhares de Kwanzas, e a integração dos restantes resultados do exercício de 2013 no montante de 474.469 milhares de Kwanzas em Reservas Livres.



Relatório de Gestão

Perspectivas para o futuro

Para o ano 2014, e seguintes, continuaremos focados na expansão da nossa rede de balcões, onde perseguimos uma meta de 43 Balcões, com uma cobertura à Escala Nacional de pelo menos 13 províncias até 2016. Reforçaremos a nossa presença em Luanda com novas agências (Lar do Patriota, Samba, Benfica Camama e Sambizanga). Marcaremos igualmente presença nas províncias da Huila, Zaire, Kwanza Sul, Namibe, Kuito, Kwanza Norte com agências de grande dimensão. O objectivo preconizado continua a ser o de uma maior captação de clientes, maior rentabilização do negócio e alargar a nossa presença à escala nacional.

O reforço do capital Humano, mediante a implementação de um modelo de gestão de recursos humanos integrado, capaz de atrair, motivar, desenvolver e reter os colaboradores, capacitando-os técnica e comportalmente para cumprirem as suas funções com o objectivo principal de prestarem um serviço de excelência.

A conclusão do Disaster Recovery, e a emissão de cartões de crédito e de débito da marca VISA são igualmente tarefas cuja execução se encontra agora em fase de conclusão.

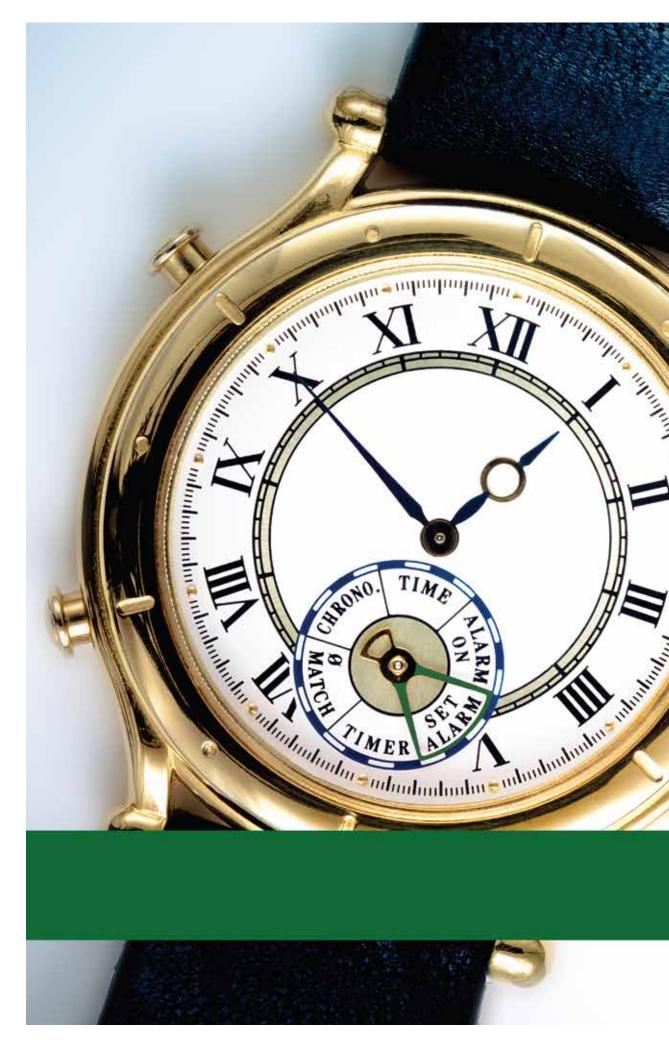
Francisco da Silva Zristóvão

Presidente do Conselho de Administração

Mateus Filipe Martins

Presidente da Comissão Executiva



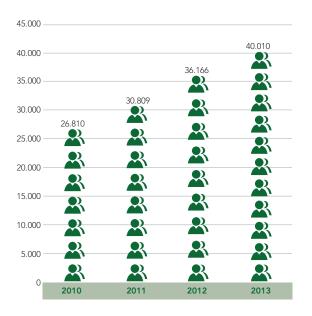




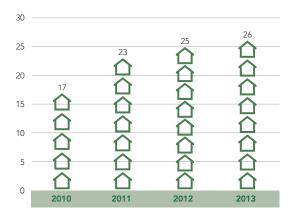




Clientes



Agências / Balcões

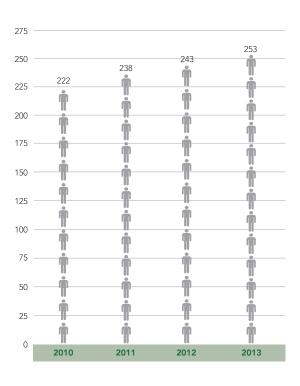




Fundos Próprios

5.500.000 5.286.280 团 5.000.000 团 4.606.664 4.500.000 团 7 4.148.893 **a** 7 4.000.000 Z 7 2 7 3.500.000 3.341.116 A **a** 7 7 7 3.000.000 7 团 A 7 Я 2.500.000 7 7 7 7 7 7 2.000.000 7 7 7 7 7 2 1.500.000 7 7 7 7 1.000.000 7 7 A 7 7 7 团 2 500.000 7 7 团 7 0 2011 2012 2013

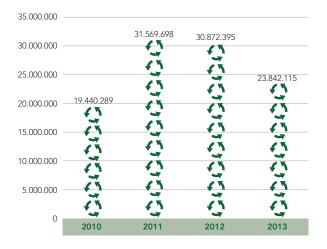
Colaboradores / Funcionários

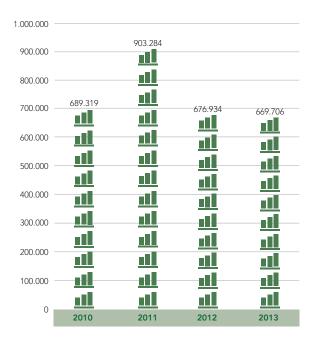




Resultados Líquidos

Activos de Clientes



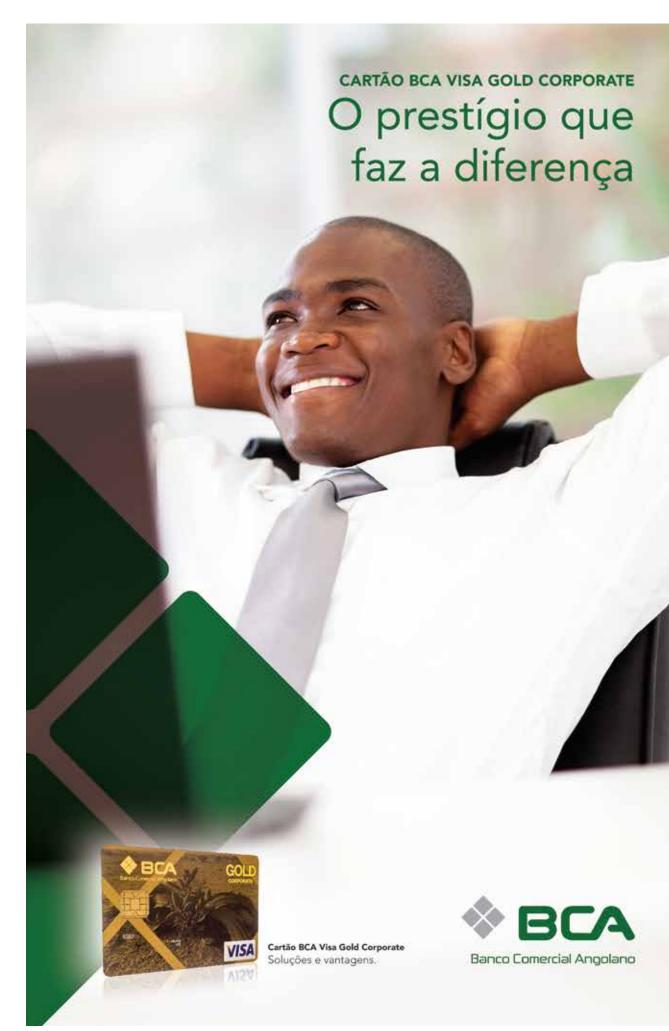




Crédito





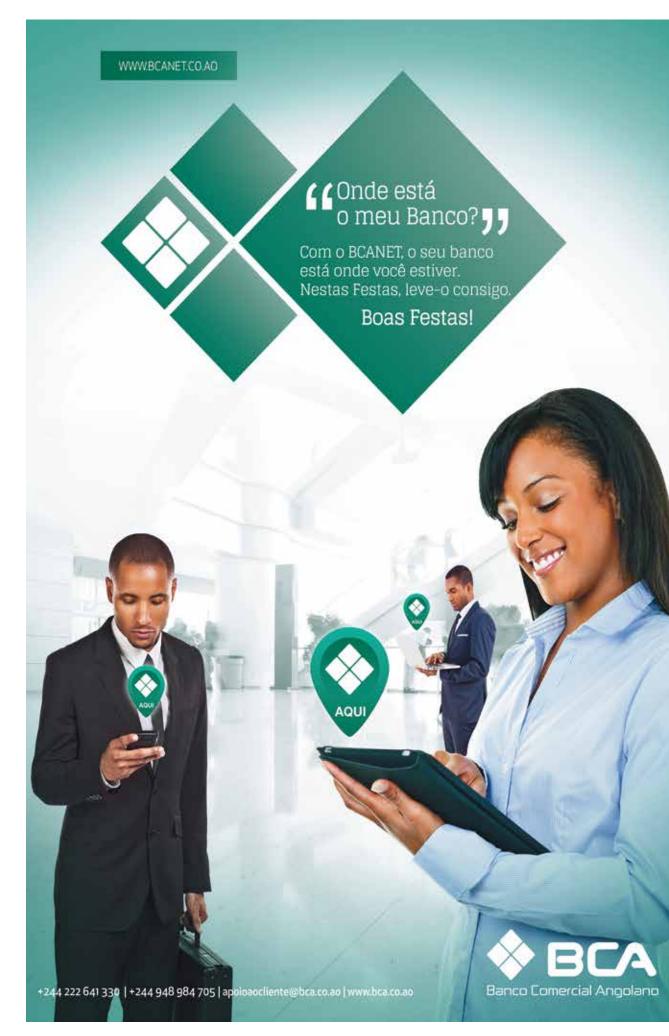




Principais Indicadores

	2013 AKZ 000	2013 USD 000	2012 AKZ 000	2012 USD 000
Balanço				
Total do activo	30.854.273	316.069	36.650.811	382.457
Crédito sobre clientes	5.856.258	59.991	4.506.368	47.027
Recursos totais - clientes	23.842.115	244.237	30.872.395	322.158
Capitais próprios	5.286.280	54.152	4.606.664	48.076
Actividade				
Margem financeira	1.217.662	12.620	1.162.785	12.185
Produto bancário	3.223.262	33.407	2.814.196	29.490
Custos de estrutura	2.224.698	23.058	1.986.580	20.816
Resultado operacional	998.564	10.349	827.616	8.674
Resultado líquido	669.706	6.941	676.934	7.095
Margem financeira/produto bancário	37,8%	37,8%	41,3%	41,3%
Margem complementar/margem financeira	165,6%	165,6%	142,0%	142,0%
Cost-to-income	69,0%	69,0%	70,6%	70,6%
Custos de estrutura/activo total médio	7,2%	7,2%	6,9%	6,9%
Solidez e Liquidez				
Crédito vencido/crédito total	2,9%	2,9%	4,3%	4,3%
Provisões/crédito vencido	143,6%	143,6%	140,7%	140,7%
Rentabilidade do total de activo (ROAA)	2,2%	2,2%	2,3%	2,3%
Rentabilidade dos fundos próprios (ROE)	13,5%	13,5%	18,0%	18,0%
Rácio de solvabilidade	35,2%	35,2%	32,2%	32,2%
Rácio de imobilizado	73,8%	73,8%	70,5%	70,5%







Órgãos Sociais e de Gestão

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente Afonso Domingos Pedro Van-Dúnem "Mbinda" Vice-Presidente Mário António de Sequeira e Carvalho

Secretário José Francisco Luís António

Conselho de Administração

Presidente (Não Executivo) Francisco da Silva Cristóvão
Administrador (Não Executivo) António Daniel Pereira dos Santos

Administrador (Executivo) Mateus Filipe Martins Administrador (Executivo) Mathias Tohana Nleya

Administrador (Executivo) José Carlos de Almeida Marques

ÓRGÃOS DE GESTÃO

Comissão Executiva

Presidente Mateus Filipe Martins
Vogal Mathias Tohana Nleya

Vogal José Carlos de Almeida Marques

Direcções

Financeira Helder Lisboa
 Risco e Crédito Tatiana Muhongo
 Mercados Financeiros Bo Kronback

Auditoria Interna
 Hirondina Ferreira

Recursos Humanos
 Operações
 Hernani Cambinda
 Zuleica Pereira

Infraestruturas
 Informática
 Otniel Agostinho

Gabinete Jurídico
 Políticas e Procedimentos
 Banca de Retalho
 Delfina Cumandala
 Lizeth Lemos
 Mário Leitão

• Banca de Empresas José Carlos de Almeida Marques



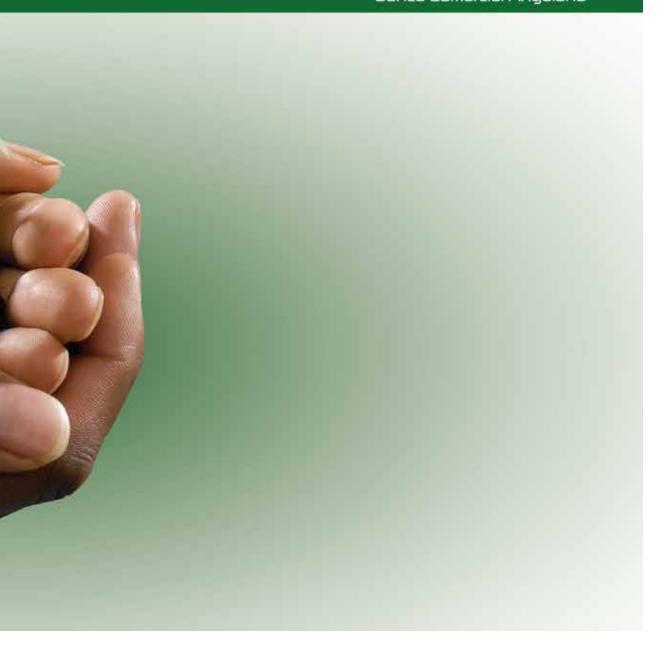




OS PROJECTOS MUDAM OS VALORES NÃO

Corresponder às suas expectativas será sempre a nossa prioridade





Declaração sobre a Governação Corporativa

O Conselho de Administração pretende que os mecanismos de boa governação corporativa continuem a ser observados no BCA. Na implementação de boas práticas de governação e à luz da entrada em vigor do aviso 01/2013 do BNA sobre a governação corporativa, foi considerado apropriado constituírem-se vários comités, nomeadamente:

CMC (Comité de Gestão)

Composto por todos os membros da Comissão Executiva (CE) e pelo quadro directivo banco, o CMC discute e recomenda a implementação e alteração de políticas, procedimentos e novos processos. Actualmente as reuniões da Comissão Executiva têm sido alargadas de modos a permitir a participação do quadro directivo do Banco, pelo que, as competências deste comité foram absorvidas pelas reuniões alargadas da Comissão Executiva. Está previsto que este Comité deve reunir mensalmente.

Comité de Crédito

Composto por todos os membros da CE e as Direcções de Crédito e Risco, Jurídica, Banca de Retalho, Banca de Empresas e Recursos Humanos, avalia, discute e aprova os processos de crédito até USD 2.000.000 e recomenda o envio dos processos para aprovação pelo Comité de Crédito do Conselho de Administração. O Comité reúne sempre que existam pedidos de crédito para aprovação.

Comité de Novos Produtos

Composto pelas Direcções de Banca de Retalho, Banca de Empresas, Crédito e Risco, Marketing e Tecnologias de Informação e coordenado pelo Administrador Executivo para as áreas comerciais, este comité avalia, discute e recomenda a implementação de novos produtos financeiros.

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO)

Composto pelos membros da Comissão Executiva e as Direcções de Contabilidade, Crédito e Risco, Banca de Empresas, Banca de Retalho e Sala de Mercados. O ALCO avalia, recomenda e apoia a gestão do banco, adicionando valor ao negócio através da gestão de liquidez, taxa de juros, riscos cambiais, estruturas dos balanços e gestão de capital. O ALCO reúne, em regra, uma vez por mês.



Declaração sobre a Governação Corporativa

Comité de Recuperação de Crédito

Composto por todos os membros da CE e as Direcções de Crédito e Risco, Jurídica, Banca de Retalho, Banca de Empresas e Secretariado Geral do Banco. Este comité avalia, discute e aprova as medidas e níveis de processos de crédito em recuperação, o saneamento e envio para contencioso de processos de crédito até USD 2.000.000,00 e recomenda o envio dos processos para aprovação pelo Comité de Crédito do Conselho de Administração. Este comité reúne, em regra, uma vez por mês.

Comité de Gestão de Risco

Este comité reune numa base trimestral para analisar os seguintes riscos:

- Risco operacional
- Risco de reputação
- Risco de branqueamento de capitais
- Risco legal e de conformidade

Comité para a Expansão da Rede de Balcões

Responsável pela definição da estratégia de expansão e avaliação dos custos associados. Dele fazem parte dois administradores executivos e os directores das áreas associadas.

Comité para o Suporte Técnico

Responsável pelo desenho e funcionamento de infraestrutura informática. Dele fazem parte dois administradores executivos e os directores das áreas associadas.

Na sequência da divulgação pelo Banco Nacional de Angola dos Avisos nº 1/2013, 2/2013, e 4/2013, o Banco iniciou o processo de reestruturação interna adequando o seu modus operandi ao espírito dos avisos mencionados, conta tê-lo concluído no decurso do ano de 2014.





O seu cartão para as compras do dia-a-dia



Banco Comercial Angolano





A gestão de riscos é uma das competências fundamentais do Banco Comercial Angolano e constitui a base para a execução das actividades, para a avaliação de alternativas estratégicas e para o estabelecimento de objectivos consentâneos com a estratégia seleccionada.

A filosofia de risco do Banco Comercial Angolano é orientada para o objectivo de criação do valor para o accionista, através do crescimento sustentável do nível de resultados, de uma forma consistente com as expectativas dos accionistas.

A cultura de risco e ética do Banco é consentânea com a filosofia de risco. O objectivo do Banco a este respeito é de assegurar que seja mantida uma cultura de gestão do risco, de acordo com os standards internacionais aplicáveis, em todas as suas operações.

A gestão do risco é fundamental para as operações do Banco e constitui uma competência crucial para que a gestão opere de forma mais eficaz, num ambiente caracterizado por incertezas e riscos.

A gestão de riscos inclui a quantificação dos riscos associados às actividades comerciais, assegurando que os riscos assumidos respeitem os limites prudenciais estabelecidos, que os preços cobrados pelos diferentes produtos e serviços reflitam os riscos a eles associados e monitorar, numa base integrada, o perfil de recompensa do risco da carteira comercial e de investimentos do Banco.

Os detalhes de alguns dos principais riscos geridos são os que seguem:

Risco operacional

O Risco Operacional define-se como um risco directo e indirecto, cujo impacto resulta dum processo interno inadequado ou inexistente, pessoas, e sistemas, ou originário de eventos externos. Com o propósito de calcular o custo do capital do risco operacional, o risco legal, o risco estratégico, reputacional e o risco sistemático são excluídos.



O BCA segue a Abordagem do Indicador Básico (BIA) para a gestão do risco operacional uma vez que considera que existem benefícios financeiros e de reputação consideráveis aos quais uma gestão do risco operacional contribui para:

- Reduzir os eventos da gestão do risco operacional e as associadas perdas financeiras;
- Fortalecer a marca BCA e o custo do capital para o risco operacional;
- Satisfazer expectativas do Banco Central;
- Acompanhar uma gestão pró-activa dos grandes eventos de risco operacional e, controlos não efectivos, possíveis violações aos limites dos indicadores chave;
- Estabelecer níveis de apetite do risco, tolerância e atribuições de responsabilidades;
- Delegar autoridades;
- Definir a alocação dos riscos operacionais, através duma cultura do conhecimento do risco operacional. Por exemplo, os órgãos de avaliação, cada vez mais, vão incluir o risco operacional como uma componente explícita da sua avaliação de crédito.

O Conselho de Administração do BCA espera que os riscos operacionais relacionados com as actividades de negócio sejam claramente identificados, avaliados, controlados, comunicados e geridos através do processo interno designado DRACA (Avaliação e Controlo detalhado dos Riscos). Cada uma das unidades de negócio e funções do BCA deve gerir o seu risco operacional em cumprimento deste modelo.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de comprometimento da capacidade financeira do banco, de tal ordem que as operações correntes não podem ser financiadas e os compromissos financeiros não podem ser cumpridos atempadamente.

O risco de liquidez comercial refere-se ao risco da incapacidade de cobertura de posições abertas de instrumentos financeiros de forma rápida e em valor suficiente a preços de mercado, por forma a evitar impactos financeiros adversos, resultante tanto da escassez de liquidez no Mercado ou pelo facto do mercado se encontrar encerrado.

A gestão prudente da liquidez é fulcral para a viabilidade do Banco. A gestão do risco de liquidez inclui uma abordagem geral sobre a estrutura do balanço patrimonial do Banco, que consolida e sintetiza todas as origens e aplicação da liquidez, para além de incluir a análise da liquidez, da rentabilidade e da sensibilidade dos diferentes elementos do activo e passivo relativamente às variações da taxa de juro. A monitorização do risco de liquidez é desenvolvida independente e regularmente pelo Director de Risco e é reportada ao Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) e à Comissão Executiva.



A gestão de liquidez do Banco, visa atingir os seguintes objectivos principais:

- Satisfazer a procura por dinheiro dos clientes, incluindo levantamentos/pagamentos e financiamento a empréstimos;
- Fazer face às flutuações sazonais entre o nível de depósitos e o nível de levantamentos ou pagamentos a terceiros;
- Fazer face às oscilações cíclicas das condições económicas com impacto na disponibilidade dos fundos e/ou na procura por fundos;
- Minimizar o impacto adverso de potenciais alterações das condições prevalecentes de mercado, susceptíveis de afectar a capacidade do Banco de se auto-financiar; e
- Fazer face às consequências emanadas da perda de confiança do público, que pode induzir a uma corrida aos bancos.

Para a realização eficaz dos objectivos acima ilustrados, os seguintes instrumentos para a gestão da liquidez são utilizados:

- Monitorar e gerir o custo de liquidez no Banco através de reuniões diárias de liquidez;
- Assegurar que o Banco detem, a qualquer momento, um montante determinado de activos líquidos como protecção contra um movimento imprevisto no cash flow;
- Considerar e gerir as características e os riscos das diferentes fontes de liquidez, adoptando estratégias apropriadas de financiamento (incluindo a constituição de uma carteira de fundos, diversificada e estável), consentâneas com as necessidades de liquidez do Banco;
- Reduzir o risco de liquidez emanado de concentrações indevidas das fontes de financiamento – garantir a diversificação adequada da estrutura de depósitos, examinar o nível de confiança numa determinada fonte específica de financiamento, quer seja ao nível do depositante individual ou ainda por tipo de instrumento;
- Considerar a necessidade de diversificação das fontes de liquidez, estabilidade dos activos e a disponibilidade das fontes alternativas de financiamento à liquidez.

Em geral, o risco de liquidez é gerido por via da abordagem sobre o cash flow, com o propósito final de assegurar um nível adequado de liquidez mensal (evitando uma concentração indevida de fundos, bem assim como cumprir os limites de cash flows expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes) através da optimização da estratégia de financiamento, tomando sempre em consideração a expectativa em relação à taxa de juro e ao crescimento projectado do balanço patrimonial.



O processo de monitorização do risco de liquidez, através de limites quantitativos inclui:

- Cash flows mensais expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes.
- Reservas obrigatórias e outros requisitos regulamentares.

A Direcção de Tesouraria / Sala de Mercados (SM) do Banco é responsável pelo cumprimento das normas regulamentares de liquidez, emanadas do Conselho de Administração.

Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juro refere-se ao risco de variação da condição financeira do Banco, devido a alterações dos níveis das taxas de juro de mercado, activas e passivas. As mutações da taxa de juros afectam o rendimento líquido de juros do Banco e outros rendimentos sensíveis à variação das taxas de juro, para além de afectar o risco geral de crédito. Por outro lado, na perspectiva económica, a alteração nas taxas de juro afecta o valor dos seus activos, passivos e instrumentos extra patrimoniais.

O risco da taxa de juro pode resultar da diferença advinda do repricing dos activos, passivos e instrumentos extra patrimoniais do banco (repricing mismatch risk); da alteração no declive da curva de rendimentos (risco da curva de rendimentos – yield curve risk); de correlações imperfeitas entre as taxas activas e passivas de instrumentos diferentes com características de alteração semelhantes (risco de base); e de opções relacionadas com taxas de juro (risco de opção).

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, o desempenho operacional. O risco empresarial/de negócio é definido como o montante máximo do desvio negativo dos níveis previstos das margens líquidas de juro activas e passivas (devido ao volume dos activos e passivos, composição e desvios na fixação de preços), honorários, comissões e taxas de serviços prestados, assim como as despesas operacionais geridas pelo Banco.

Os limites quantitativos para o risco de taxas de juro são determinados com base no objectivo do Banco de limitar a sua exposição a consequências adversas advindas de alterações nas taxas de juro prevalecentes.

O objectivo primordial do processo de gestão de taxas de juro activas e passivas do Banco é de conter as reduções do rendimento líquido de juros resultantes de alterações substanciais das taxas de juro.



O Banco Comercial Angolano deverá utilizar modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro (projecções) para avaliar a exposição do Banco a alterações nas taxas de juro a curto prazo. O Conselho de Administração poderá estabelecer e aprovar anualmente limites de sensibilidade do rendimento líquido de juros. No mínimo, o Banco deverá mensurar trimestralmente a sensibilidade dos seus rendimentos líquidos de juro às variações da taxa de juro. Os resultados propiciados pelos modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro ilustram o impacto antecipado, em pelo menos dois cenários diferentes e hipotéticos, de variações nas taxas de juro, para períodos de pelo menos um ano. Um dos cenários reflecte, tanto quanto possível, a melhor estimativa relativamente às condições futuras mais prováveis da taxa de juro. Outro dos cenários reflecte a estimativa da Direcção relativamente a um nível extremamente adverso da taxa de juros e é utilizado para avaliar o comportamento dos rendimentos líquidos de juro em condições de tensão.

Perfis da recompensa do risco com uma taxa de juro a doze meses (com a recompensa definida como a realização ou sobre-realização da variável destino – como sejam receitas líquidas de juros e suas componentes orçamentadas/previstas – e o risco definido como a variação negativa da variável destino), para o rendimento do juro líquido e seus componentes, são quantificados e avaliados através duma abordagem de simulação compreensiva. Esta abordagem de simulação cobre uma variedade de possíveis cenários de taxas de juro. No desenvolvimento de cenários de taxas de juro, são considerados diversos factores como seja o nível e a estrutura prevalecente de taxas de juro, bem assim como os movimentos históricos

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, o negócio (risco empresarial), do seguinte modo:

- Margem de Activos: A margem de activos em risco é o impacto que movimentos adversos no nível de preços, volumes e composição dos activos (tipo de produto, estrutura da base de clientes) originam no valor dos activos do Banco. Quanto à relação entre o preço dos activos e o risco de crédito, as perdas esperadas de crédito constituem um custo intrínseco ao próprio negócio creditício. O risco de crédito é no entanto, gerido como parte do processo normal de actividades de gestão e monitorização da carteira de crédito do banco, de acordo com a política de risco de crédito em vigor.
- Margem de Passivos: A margem dos passivos em risco é o impacto que os movimentos adversos no nível de preços e composição do passivo (tipo de produto, etc.) originam no valor dos passivos do Banco.



- Resultado de Exploração: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de honorários, comissões e taxas de serviços em consequência do risco empresarial resultante da não realização dos objectivos de vendas, redução de preços devido a pressões concorrenciais e a redução do volume das transacções. O risco associado às receitas provenientes de actividades comerciais e de investimento é gerido como parte integrante do risco de mercado, comercial e de investimento.
- Despesas Operacionais: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de despesas operacionais que podem surgir devido à ocorrência de custos não previstos, controlo inadequado de custos e subutilização da capacidade instalada.

Risco de Crédito

Refere-se ao risco de prejuízo financeiro (capital e/ou rendimento) resultante do não cumprimento por parte de um devedor, por qualquer que seja o motivo, das suas obrigações contratuais ou financeiras.

O Banco foca na concessão de facilidades de crédito com base em princípios de crédito com retorno apropriado, equilibrando o risco e os rendimentos. A Política geral é encontrar motivação primária no que diz respeito:

- Ao mérito do negócio
- À situação financeira do devedor
- À transacção em si (a decisão nunca deve ser tomada apenas com base nas garantias)

Deve-se manter um equilíbrio entre o risco e um serviço ao cliente de qualidade. Um serviço de qualidade não deve significar atribuição de créditos a entidades que não o mereçam.

O Banco não concederá crédito de qualquer que seja a natureza a um cliente que não tenha a capacidade de reembolsar os valores concedidos.

O objectivo do Banco é a concessão de crédito a empresas e/ou particulares com base na sua própria capacidade financeira e não exclusivamente na confiança da empresa mãe, outros fiadores ou somente na base das garantias prestadas.

As facilidades devem ser concedidas a particulares ou empresas aos quais pertencem os activos contra os quais o Banco concede o empréstimo.



A avaliação do perfil financeiro de particulares e empresas varia de sector a sector ou de indivíduo a indivíduo, devendo serem feitos esforços para o uso de estudos comparativos como orientação, onde seja possível.

É essencial desenvolver uma confiança mútua através do contacto pessoal com os clientes a quem estamos a conceder os empréstimos. No caso concreto de empresas, devemos visitar as instalações onde se localizam as empresas, pelo menos uma vez ao ano, preferencialmente no momento em que se fizer a avaliação das facilidades.

No geral, o Banco deverá obter garantias ilimitadas e cessão ou capitalização das contas de crédito (excepto as de parcerias) dos directores/parceiros/procuradores como garantia das facilidades concedidas a empresas, corporações, parcerias, procuradores e esposas, no caso de particulares.

São responsáveis para a concessão de crédito os seguintes órgãos do banco dentro das competências a si delegadas: Direcção de Crédito; Comité de Crédito a Trabalhadores; Comité de Crédito de Gestão e o Comité de Crédito do Conselho.



TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DINHEIRO



Enviar e Receber dinheiro em todo o mundo, agora ficou mais fácil.

Utilize o serviço de transferências Moneygram, disponível em todas as agências do BCA, para enviar e receber dinheiro em poucos minutos.

Fácil para quem envia, rápido para quem recebe!



Acordo:





Economia Global

A economia mundial continuou a debater-se em 2013 para melhorar o crescimento. De um modo semelhante ao que aconteceu em 2012, os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento apresentaram um crescimento mais elevado do que as economias avançadas, onde, por exemplo, a Zona Euro teve uma queda na taxa de crescimento pelo terceiro ano consecutivo. Em muitas economias desenvolvidas, o fardo da elevada dívida pública levou a medidas de austeridade fiscal, que limitaram a possibilidade de sair da recessão económica.

Crescimento percentual do PIB

Zona	2009	2010	2011	2012	2013
Mundo	-0,4	5,2	3,9	3,2	3,0
Economias avançadas	-3,4	3,0	1,7	1,4	1,3
Zona Euro	-4,4	2,0	1,6	-0,7	-0,5
Mercados emergentes e economia em desenvolvimento	3,1	7,5	6,3	5,1	4,7

Fonte: FMI

Economias Desenvolvidas

Estados Unidos da América (EUA)

A maior economia do mundo, os EUA, registou um crescimento do PIB de 1,9% em 2013, comparado com os 2,8% conseguidos no ano anterior. A razão subjacente a esta diminuição pode encontrar-se na limitada expansão do orçamento Governamental, na relutância dos bancos em conceder crédito e numa recuperação mais lenta do que o esperado das despesas de consumo. Também se verificaram alguns sinais positivos, com uma diminuição contínua da taxa de desemprego. O FED (Reserva Federal dos Estados Unidos) continuou em 2013 a sua política de expansão monetária através da aquisição de obrigações dos bancos para conseguir liquidez para o sector e aumentar o crédito, estimulando desse modo a economia. Um objectivo adicional do QE era evitar uma baixa taxa de inflação, mas não obstante estes esforços esta ainda caiu de 1,8% em 2012 para 1,2% em 2013.

Zona Euro

Embora a crise do Euro tenha diminuído, a zona Euro esteve entre as mais atingidas do ponto de vista económico. De um modo global para a zona, o PIB caiu em 0,5% (tendo caído 0,7% no ano anterior), mas com grandes diferenças entre os 17 países da zona Euro. A Alemanha e França tiveram um crescimento de 0,5% e 0,3% respectivamente, enquanto que os mais baixos foram a Espanha com -1,2%, Portugal com -1,4%, Itália com -1,9%, a Grécia com -3,9%



e o Chipre com -6,0%. Os países do sul da Europa tiveram dificuldades devido às medidas de austeridade fiscal que foram introduzidas para reduzir os défices orçamentais e a crescente dívida pública. Uma consequência foi uma taxa de desemprego muito maior do que noutras partes da zona Euro, um consumo mais reduzido e mesmo deflação. Como a Grécia há alguns anos, o Chipre também precisou de um resgate. O pacote de ajuda financeira cobre o período de 2013 a 2016 e é superior a 10 mil milhões de Euros.

Crescimento percentual do PIB

País	2009	2010	2011	2012	2013
Alemanha	-5,1	3,9	3,4	0,9	0,5
França	-3,1	1,7	2,0	0,0	0,3
Espanha	-3,8	-0,2	0,1	-1,6	-1,2
Portugal	-2,9	1,9	-1,3	-3,2	-1,4
Itália	-5,5	1,7	0,5	-2,4	-1,9
Grécia	-3,1	-4,9	-7,1	-7,0	-3,9
Chipre	-1,9	1,3	0,4	-2,4	-6,0

Fonte: IMF

Taxa de desemprego (% da força de trabalho total)

	1 5 1	3		•	
País	2009	2010	2011	2012	2013
Grécia	9,5	12,5	17,7	24,2	27,3
Espanha	18,0	20,1	21,7	25,0	26,4
Portugal	9,5	10,8	12,7	15,7	16,3
Chipre	5,4	6,3	7,9	11,9	16,0
Itália	7,8	8,4	8,4	10,7	12,2
França	9,5	9,7	9,6	10,2	10,8
Alemanha	7,8	7,1	6,0	5,5	5,3

Fonte: FMI



Inflação, em fim de período

País 2009 2010 2011 2012 2013 Alemanha 0,8 1,9 2,3 2,1 1,2 Itália 1,1 2,1 3,7 2,6 0,7 Espanha 0,9 2,9 2,4 3,0 0,3 Portugal -0,1 2,4 3,5 2,1 0,2 França 1,0 2,0 2,6 1,5 0,0 Chipre 1,6 1,9 4,2 1,5 -1,3 Grécia 2,6 5,2 2,4 0,8 -1,7			•			
Itália 1,1 2,1 3,7 2,6 0,7 Espanha 0,9 2,9 2,4 3,0 0,3 Portugal -0,1 2,4 3,5 2,1 0,2 França 1,0 2,0 2,6 1,5 0,0 Chipre 1,6 1,9 4,2 1,5 -1,3	País	2009	2010	2011	2012	2013
Espanha 0,9 2,9 2,4 3,0 0,3 Portugal -0,1 2,4 3,5 2,1 0,2 França 1,0 2,0 2,6 1,5 0,0 Chipre 1,6 1,9 4,2 1,5 -1,3	Alemanha	0,8	1,9	2,3	2,1	1,2
Portugal -0,1 2,4 3,5 2,1 0,2 França 1,0 2,0 2,6 1,5 0,0 Chipre 1,6 1,9 4,2 1,5 -1,3	Itália	1,1	2,1	3,7	2,6	0,7
França 1,0 2,0 2,6 1,5 0,0 Chipre 1,6 1,9 4,2 1,5 -1,3	Espanha	0,9	2,9	2,4	3,0	0,3
Chipre 1,6 1,9 4,2 1,5 -1,3	Portugal	-0,1	2,4	3,5	2,1	0,2
	França	1,0	2,0	2,6	1,5	0,0
Grécia 2,6 5,2 2,4 0,8 -1,7	Chipre	1,6	1,9	4,2	1,5	-1,3
	Grécia	2,6	5,2	2,4	0,8	-1,7

Fonte: FMI

Rússia

A Rússia faz parte dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e é a 8ª maior economia do mundo. Os recursos naturais como madeira, metais preciosos e especialmente petróleo, gás e carvão ajudaram no crescimento da Rússia em anos recentes. O país é o maior exportador de petróleo e gás, e por não ser membro da OPEP significa que não está limitado pelas quotas de produção do grupo. Em 2013, a Rússia registou uma diminuição do crescimento, principalmente como consequência de uma reduzida procura interna e de reduzidas actividades de investimento.

Crescimento percentual do PIB

País	2009	2010	2011	2012	2013
Rússia	-7,8	4,5	4,3	3,4	1,3

Fonte: IMF

Ásia

As economias dominantes na Ásia, a China (2ª maior economia do mundo), o Japão (3ª) e a Índia (10ª) quase não mostraram quaisquer mudanças no seu crescimento. A questão para a China consistiu em não sobreaquecer a economia, o que poderia levar a uma inflação mais elevada e à especulação imobiliária. A procura na China ajudou o crescimento a ultrapassar levemente o objectivo Governamental de 7,5%. Embora o crescimento esteja a um nível mais



alto, quando comparado com quase qualquer outro país no mundo, não aumentou a inflação, que se manteve em 2,5% no final do ano. O elevado crescimento levou a China a tornar-se o maior importador de petróleo, facto que beneficiou Angola. A estrutura produtiva alterou-se, permitindo ao sector dos serviços (46%) ultrapassar a produção do sector industrial (44%) e deixando 10% para o sector primário.

O Japão tem um problema estrutural, com uma elevada dívida pública que limita as manobras orçamentais de estímulo da economia. Depois de um crescimento mais elevado na primeira metade de 2013, a segunda metade abrandou, à medida que diminuíram as exportações e os gastos de consumo. O fecho da central nuclear de Fukushima levou a um aumento na importação de energia, e as exportações de mercadorias para a Ásia diminuíram devido às menores perspectivas de crescimento. A taxa de câmbio USD/JPY desvalorizou 21% em 2013 numa tentativa para estimular as exportações. Isto também ajudou o Japão a inverter a deflação dos últimos 4 anos – tendo registado uma inflação de 1,4 % no fim de 2013.

A Índia diminuiu levemente o ritmo, tendo um crescimento do PIB de 4,4% contra 4,7% do ano anterior. O país ainda ocupa o segundo lugar mundial na produção agrícola, e a agricultura e pescas são responsáveis por um quinto do PIB e fornecem emprego a metade da população. A Índia debate-se com um saldo negativo na balança de pagamentos, e a Rupia atingiu em 2013 o mais baixo nível de sempre relativamente ao USD: 68,80. O Governo introduziu algumas medidas de controlo de capital e a Rupia recuperou para um nível de 62,00, tendo começado o ano em 57,00.

Crescimento percentual do PIB

País	2009	2010	2011	2012	2013
China	9,2	10,4	9,3	7,7	7,7
Japão	-5,5	4,7	-0,5	1,4	1,5
Índia	8,5	10,3	6,6	4,7	4,4

Fonte: IMF



África Subsaariana

O crescimento da África Subsaariana continuou num bom ritmo, com 4,9% em 2013. O PIB per capita, avaliado em paridade do poder de compra, aumentou de 2.192 USD em 2009 para 2.565 USD em 2013. A inflação diminuiu nos últimos anos e, embora o saldo da balança de pagamentos seja geralmente negativo, a dívida total está num nível razoável. Seis países são responsáveis por cerca de dois terços de todo o PIB da África Subsaariana, com Angola no terceiro lugar, com um PIB de 122 mil milhões de USD. Excluindo a China, a região da África Subsaariana apresenta o maior potencial de crescimento.

Crescimento percentual do PIB

País	2009	2010	2011	2012	2013
Angola	2,4	3,4	3,9	5,2	4,1
Etiópia	10,0	10,6	11,4	8,5	9,7
Gana	4,0	8,0	15,0	7,9	5,5
Quénia	2,7	5,8	4,4	4,6	5,6
Nigéria	7,0	8,0	7,4	6,6	6,3
África do Sul	-1,5	3,1	3,6	2,5	1,9
África Subsaariana	2,6	5,6	5,5	4,9	4,9

Fonte: IMF

PIB a preços correntes em mil milhões de USD

País	2009	2010	2011	2012	2013
África do Sul	285	365	404	382	351
Nigéria	171	232	248	264	286
Angola	75	82	104	115	122
Etiópia	32	29	31	43	48
Quénia	31	32	34	41	45
Gana	26	32	39	40	44
África Subsaariana	908	1.091	1.242	1.276	1.318

Fonte: IMF



América do Sul

A América do Sul, em geral, diminuiu o seu ritmo. Tal como a África Subsaariana, a América Latina é dominada por um reduzido número de economias. As seis maiores economias são responsáveis por 87% do PIB do continente. Só o Brasil é responsável por 39% e é a sétima maior economia do mundo. O México tem um peso de 22% nas economias Latinas. O crescimento total da América do Sul foi de 2,7%, com o Brasil, o México e a Venezuela a fazer decrescer a média, enquanto países como a Argentina, a Colômbia e o Chile tiveram percentagens de crescimento acima dos 4%. Alguns países sofreram devido a preços de mercadorias mais baixos. A taxa mais reduzida de importações da China e da Índia significou menores exportações, e a procura local também caiu, bem como o comércio entre os países da região. Todos os países, exceptuando a Venezuela, apresentam défices nas suas balanças de pagamentos. A política monetária foi intensificada à medida que a inflação aumentou, por exemplo a Venezuela teve uma taxa de inflação de 56% em 2013.

Crescimento percentual do PIB

	'				
País	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	-0,3	7,5	2,7	1,0	2,3
México	-4,7	5,1	4,0	3,9	1,1
Argentina	0,9	9,2	8,9	1,9	4,3
Colômbia	1,7	4,0	6,6	4,2	4,3
Venezuela	-3,2	-1,5	4,2	5,6	1,0
Chile	-0,9	5,7	5,7	5,5	4,2
América do Sul	-1,3	6,0	4,6	3,1	2,7

Fonte: FMI

PIB a preços correntes em mil milhões de USD

País	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	1.622	2.143	2.475	2.248	2.243
México	895	1.051	1.169	1.184	1.259
Argentina	306	368	445	475	488
Colômbia	234	287	336	370	382
Venezuela	329	296	316	381	374
Chile	172	217	251	266	277
América do Sul	4.055	4.932	5.641	5.633	5.775

Fonte: IMF



A Economia Angolana

Crescimento económico e questões socioeconómicas (Vista Geral)

A economia Angolana cresceu a um ritmo mais lento em 2013. O valor real do crescimento varia dependendo da fonte: O FMI refere 4,1%, já que os investimentos públicos estiveram abaixo do previsto, ao passo que o Governo Angolano aponta para um crescimento mais próximo de 5,1%. Os rendimentos do petróleo e dos diamantes correspondem ainda a metade do PIB, e o objectivo do Governo de diversificação da economia — reduzindo o peso do sector petrolífero e aumentando o da agricultura e da indústria transformadora — ainda não deu frutos.

Crescimento percentual do PIB

País	2009	2010	2011	2012	2013
Angola	2,4	3,4	3,9	5,2	4,1

Fonte: FMI

Por forma a promover a política de diversificação da economia Angolana, foi lançado um conjunto de programas de desenvolvimento e apoio à produção e comercialização dos sectores não petrolíferos. O objectivo destes programas consiste em aumentar a importância e o peso do sector das PME, obtendo estabilidade macroeconómica, melhorando os índices de emprego e, ao mesmo tempo, melhorar e diversificar as receitas fiscais.

Houve esforços contínuos de reconstrução da infra-estrutura económica e social, tais como estradas, caminhos-de-ferro e portos bem como a melhoria do desenvolvimento humano e das condições de vida através de projectos de habitação destinada aos sectores da população de baixo e médio rendimento.

Baseado nos investimentos públicos e em programas de incentivo, o Governo lançou um plano ambicioso para o aumento do emprego, mas a taxa de desemprego permanece significativamente elevada (aproximadamente 30% da população activa) e a taxa de pobreza atinge ainda um terço da população, segundo dados compilados pelo Instituto Nacional de Estatística angolano (INE).



De acordo com o BNA (Banco Nacional de Angola) o país deu passos importantes na melhoria de vários dos indicadores de desenvolvimento humano relativos à pobreza, saúde e educação, mas ainda ocupa um baixo lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 148º lugar de entre 187 países pesquisados.

Inflação

A inflação evoluiu positivamente com uma tendência decrescente em tempos recentes. Os componentes sectoriais mais expressivos no cálculo da inflação actual são os hotéis e restaurantes, os alimentos e bebidas não-alcoólicas, o vestuário e calçado e mobiliário e serviços.

Inflação anual em % (fim do período)

Tipo de inflação	2009	2010	2011	2012	2013
Preços do consumidor	13,99	15,31	11,38	9,02	7,69

Fonte: BNA

Política cambial

Um factor chave para reduzir a inflação tem sido uma taxa de câmbio estável. Angola importa a maioria dos bens consumidos e a chamada inflação importada, através de uma taxa de câmbio mais elevada, diminuiu durante 2013, seguindo a tendência já verificada em anos anteriores.

Taxa de câmbio USD/AKZ — Taxa de venda do BNA

	2009	2010	2011	2012	2013
Taxa de câmbio fim do ano	89,621	92,991	95,520	96,072	97,862
% aumento		3,8%	2,7%	0,6%	1,9%
Taxa média do câmbio	79,788	92,208	94,130	95,659	96,808

Fonte: BNA

Os montantes de USD vendidos nos leilões do Banco Central cresceram nos últimos anos, mas em 2013 o BNA limitou os montantes atribuídos aos bancos comerciais. Isto foi uma consequência directa da implementação, em Julho de 2013, da lei cambial para o sector petrolífero, que deverá trazer milhares de milhões de USD para o sistema bancário. Não obstante, durante a segunda metade de 2013 a afluência de USD ao sistema financeiro



Angolano foi reduzida e apenas concentrada nalguns bancos, significando tal situação que a totalidade do sector bancário não beneficiou com a nova lei. Como consequência, os prazos para a realização de transferências para o exterior sofreram atrasos longos.

Montantes de USD vendidos em leilões — em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013
Montantes por ano	10.636	11.613	14.888	18.201	19.282
Aumento em %		9%	28%	22%	6%
Média mensal	886	968	1.241	1.517	1.697

Fonte: BNA

Reservas cambiais

As reservas cambiais em Dezembro de 2013 estavam apenas ligeiramente acima do nível registado em Dezembro de 2012. Durante 2013 as reservas acabaram por crescer até 34.385 milhões de USD em Maio, mas perderam impulso no fim do ano, à medida que o preço dos diamantes caía e a quantidade de crude exportado também diminuía. Com este nível de reservas, Angola pode pagar mais do que um ano de importações de mercadorias, e se forem contabilizados os pagamentos de serviços e de dividendos, as reservas cambiais cobrem cerca de 10 meses das necessidades globais.

Reservas cambiais (milhões de USD)

	2009	2010	2011	2012	2013
Reservas cambiais	12.621	17.327	26.084	30.632	30.945

Fonte: BNA



Área monetária

A massa monetária aumentou com o crescimento da economia. O M3 medido em moeda estrangeira (principalmente USD) e em kwanzas aumentou 14%. Se considerarmos apenas os AKZ, o aumento foi de 30%, sinal de que a moeda estrangeira está a diminuir o seu peso e que a economia está a ser "desdolarizada".

Massa monetária (mil milhões de AKZ)

		2012	2013	Aumento
МЗ	AKZ & moeda estrangeira	3.875.993	4.431.323	14%
МЗ	AKZ	2.048.036	2.657.871	30%
	% moeda estrangeira/M3	47%	40%	

Fonte: BNA

Orçamento do governo e política fiscal

O orçamento para 2013 revela o esforço contínuo do Governo para diversificar a economia e para ter outros recursos além do rendimento do sector petrolífero. Pela primeira vez em muitos anos, 2013 mostrou um défice orçamental de cerca de 3,4% do PIB. Os anos anteriores apresentaram excedentes orçamentais de 12% (2011) e 8% (2012) do PIB. Além disso, a reforma fiscal aprovada em 2010 e implementada nos anos seguintes trouxe uma base mais alargada e um melhor controlo para os impostos do sector não petrolífero.

Orçamento Geral do Estado (mil milhões de AKZ)

	201	10	201	11	20	12	201	13
Rendimento do sector petrolífero	2.500	76%	3.817	80%	4.050	80%	3.282	72%
Rendimento de outros sectores	594	18%	711	15%	744	15%	1.119	24%
Outros rendimentos	201	6%	248	5%	246	5%	169	4%

Fonte: Ministério das Finanças

Dos rendimentos do governo, 72% provêm da exploração da energia e cobrem quase metade do PIB total do país. Isto torna a economia excessivamente dependente dos rendimentos do petróleo e vulnerável aos choques de preços do crude. O maior desafio reside na capacidade do governo de garantir a diversificação da economia, reduzindo a dependência do país relativamente aos rendimentos dos recursos provenientes da exploração de hidrocarbonetos.



Sector externo

O crescimento económico de Angola é devido, principalmente, à exploração dos recursos naturais, em que 98% das exportações totais de Angola são de petróleo ou de derivados do petróleo, 1,7% são diamantes e o resto são produtos agrícolas, tais como o café. Os itens principais dos artigos de importação são veículos, material de transporte, maquinaria e equipamento, metais de base, produtos agrícolas, alimentos e energia.

Balança Comercial (milhões de USD)

	2009	2010	2011	2012	2013
Exportações	40.828	50.595	67.130	71.093	67.770
Petróleo/derivados do petróleo	39.803	49.352	65.591	69.716	66.599
Diamantes	814	976	1.205	1.160	1.122
Agricultura e outros	212	267	514	218	50
Importações	22.660	16.667	20.229	23.717	27.689
Saldo comercial	18.168	33.928	47.028	47.376	40.081

Fonte: INE e BNA

Exportações de petróleo (milhões de barrris)

	2009	2010	2011	2012	2013
Barris de petróleo exportados	647	625	586	617	629
Barris de petróleo/dia	1,8	1,7	1,6	1,7	1,7
Preço médio	61	78	110	112	107

Fonte: Ministério das Finanças



Principais parceiros comerciais (milhões de USD)

Exportações	2013 %	6 país	% Grupo	Importações	2013	% país	% Grupo
China	31.970	47%		Portugal	4.567	16%	
Índia	6.764	10%		China	3.065	11%	
USA	5.021	7%	75%	USA	1.663	6%	43%
Taiwan	4.007	6%		Brasil	1.262	5%	
Canadá	3.305	5% _		África do sul	1.247	5%_	
Export. Totais	67.770			Import. Totais	27.689		

Fonte: INE & BNA

Cinco parceiros comerciais são responsáveis por 75% de todas as exportações, sendo dois dos principais países pertencentes aos BRIC, a China e a Índia. No lado das importações estão 5 países de 5 continentes, responsáveis por quase metade de todas as importações.

A dívida pública (das empresas públicas e do Governo) tem-se mantido bastante estável, e mostra uma diminuição em relação ao PIB. Comparado com a Europa, os EUA ou outros países desenvolvidos, o nível de dívida deve ser considerado muito reduzido. A dívida das empresas públicas é basicamente da Sonangol e da TAAG.

Dívida pública (mil milhões de USD)

	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida interna do Governo	20	14	12	12	12
Dívida externa do Governo	10	10	10	12	12
Dívida externa das empresas públicas	5	7	10	9	9
Dívida pública total	35	31	32	34	33
Dívida pública/PIB	52%	37%	31%	30%	28%

Fonte: Ministério das Finanças



Investimento Directo Estrangeiro (IDE)

Um ponto que vale a pena destacar é o IDE. De acordo com o relatório anual da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP) entraram mais de 3 mil milhões de USD em Angola durante 2013. Além dos investimentos no sector petrolífero foi feita uma grande variedade de investimentos, por exemplo na indústria transformadora, construção, agricultura, hotéis, educação, comércio e sector terciário.

IDE (milhões de USD)

	2009	2010	2011	2012	2013
Investimentos no país	15.086	11.859	8.835	1.937	3.110

Fonte: Unctad/ANIP

Sector Financeiro

O banco central tem melhorado continuamente a supervisão bancária assegurando a transparência e o fluxo aumentado de informações. O sistema bancário inclui 25 instituições bancárias, divididas entre bancos comerciais, regionais, de desenvolvimento e de investimento. O número de instituições financeiras e das suas sucursais aumentou e a percentagem da população que detém contas ou acesso a serviços bancários aumentou para cerca de 50% da população adulta, de acordo com o BNA. Este é o fruto de uma campanha lançada pelo BNA introduzindo produtos financeiros atraentes e aumentando a consciência financeira entre a população geral.

Taxas do BNA

	2011	2012	2013
Taxa Básica do BNA	10,25%	10,25%	10,00%
Cedência de liquidez	11,50%	11,75%	11,25%
Absorção de liquidez	1,50%	1,50%	0,75%

Fonte: BNA

Com a inflação mais baixa, o BNA baixou o nível geral dos juros. Os bancos foram pressionados para investirem mais em crédito à economia produtiva do que em Bilhetes do Tesouro ou Obrigações do Tesouro.



Taxas Luibor

9,43% 10,21% 10,66%

8,65%

7,70%

8,84%

9,35%

6,20%

7,01%

8,84%

9,35%

6,20%

7,01%

Overnight 1 Mês 3 Meses 6 Meses 9 Meses 12 Meses

31-Dez-12

31-Dez-13

Da taxa interbancária, LUIBOR, emerge um padrão claro com uma queda da curva de rendimentos de 1,49% na taxa overnight e entre 0,69% e 1,37% no resto das maturidades.

Apesar das taxas de juro mais baixas os depósitos cresceram bem em AKZ (34%), enquanto em moeda estrangeira houve uma diminuição em 1%. Os esforços de desdolarização da economia são claramente visiveis. Em 2009 e 2010 os depósitos em AKZ representavam menos de metade dos montantes totais depositados, contudo, em 2013 quase dois terços estavam denominados em AKZ e apenas um terço em moeda estrangeira.

Depósitos em moeda nacional e estrangeira (milhões de AKZ)

	2009	2010	2011	2012	2013
Moeda nacional	1.047.985	1.312.640	1.804.705	2.209.358	2.951.370
Moeda estrangeira	1.309.999	1.351.141	1.786.687	1.804.847	1.784.933
Moeda nacional %	44%	49%	50%	55%	62%
Moeda estrangeira %	56%	51%	50%	45%	38%

Fonte: BNA



Crédito em moeda nacional e estrangeira (milhões de AKZ)

	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida do Governo e das empresas públicas em moeda nacional	660.740	619.300	668.090	764.527	1.040.907
Dívida do sector privado em moeda nacional	450.728	561.462	1.021.310	1.425.012	1.781.318
Crédito em moeda nacional	1.111.468	1.180.762	1.689.399	2.189.540	2.822.226
Dívida do Governo em moeda estrangeira	315.016	375.077	285.747	226.240	248.010
Dívida do sector privado em moeda estrangeira	814.413	1.019.804	1.041.927	1.137.454	1.060.083
Crédito em moeda estrangeira	1.129.429	1.394.881	1.327.674	1.363.694	1.308.093
Crédito total	2.240.898	2.575.642	3.017.073	3.553.234	4.130.319

Fonte: BNA

O mesmo padrão se reflecte no crédito, onde o crescimento em AKZ foi de 29% em 2013. Por outro lado o montante atribuído de crédito denominado em moeda estrangeira diminuiu 4%.

Olhando para a distribuição é possível verificar-se outra vez o efeito da política de desdolarização. Dois terços do crédito estão em AKZ e um terço em moeda estrangeira, ao passo que há 5 anos estavam igualmente distribuídos.

Distribuição do Crédito em moeda nacional e estrangeira (milhões de AKZ)

	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida do Governo e das empresas públicas em moeda nacional	29%	24%	22%	22%	25%
Dívida do sector privado em moeda nacional	20%	22%	34%	40%	43%
Crédito em moeda nacional	50%	46%	56%	62%	68%
Crédito ME Estado	14%	15%	9%	6%	6%
Crédito ME Sector Privado	36%	40%	35%	32%	26%
Crédito em moeda estrangeira	50%	54%	44%	38%	32%
Crédito total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: BNA

No global, a economia angolana teve um bom desempenho, embora a um ritmo mais lento. A diversificação da economia ainda está em curso, ajudada por uma inflação, uma taxa de câmbio, uma dívida pública e um orçamento Governamental controlados.



Cada vez mais perto de si

26 Agências, 37 Multicaixas, 165 Terminais de Pagamento Automático





Canais de Distribuição

1 - Directos: Agências (26)

LUANDA

Valódia - Sede

Av. Comandante Valódia, 83-A Tel: (+244) 222 448 842/48/49 Fax: (+244) 222 449 516 E-mail: bca@bca.co.ao SWIFT: COMLAOLU

Deolinda Rodrigues

Rua Deolinda Rodrigues, 477 Estrada de Catete - Luanda Tel/Fax: (+244) 222 260 063/2376

N'gola Kiluanji

Rua N'gola Kiluanji, 183 São Paulo - Luanda Tel: (+244) 222 384 508/40 Fax: (+244) 222 384 570

Rainha Ginga

Rua Rainha Ginga, 8 - B Coqueiros - Luanda Tel: (+244) 222 334 160/3289/3678 Fax: (+244) 222 330 189

Major Kanhangulo

Rua Major Kanhangulo, 288 Ingombota - Luanda Tel: (+244) 222 330 932/1097 Fax: (+244) 222 330 802

Morro Bento

Rua Pedro Castro Van-Dúnem Estrada Nacional - Talatona Bairro Morro Bento

Torres da Imporáfrica

Rua Kwame N'Kruma, Edifício Torres Imporafrica R/C Bairro Maculusso Tel/Fax: (+244) 222 208 222/01

Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro

Área das Chegadas Internacionais Bairro do Cassenda Tel: (+244) 222 204 200/02

Porto de Luanda

Guiché Único das Alfândegas Rua Padre José Maria Antunes Tel: (+244) 222 206 000

Missão

Rua da Missão, 42

Funda Coca-Cola

Funda Fábrica Coca-Cola

Porto Seco de Viana

Sambizanga

Colégio Pitruca

Nova Vida

Hospital do Prenda

Hipermercado Jumbo

CABINDA

Cabinda

Largo Lopes Pim-Pim Tel: (+244) 231 220 125 Fax: (+244) 231 222 127

Aeroporto Cabinda

Av. Duque de Chiasi Aeroporto de Cabinda Tel: (244) 231 223 148 Fax: (+244) 231 223 149

Porto de Cabinda

BENGUELA

Benguela

Rua Comandante Kassanje, 1 Tel:(+244) 272 23704/42/43/44/71 Fax: (+244) 272 236 640

LOBITO

Lobito

Av. 25 de Abril, Bairro 28 Edifício da ENE Tel: (+244) 272 226 606/7/8/9/10 Fax: (+244) 272 611

Porto do Lobito

CUNENE

Santa Clara

Rua Principal de Sta. Clara Próximo da Alfândega Sta. Clara

HUAMBO

Aeroporto do Huambo

Aeroporto Albano Machado

Huambo

Av. da Independência

UIGE

Comércio Uige

Convergência à Rua do Comércio, 23-A com a Rua da Ambuila, 20

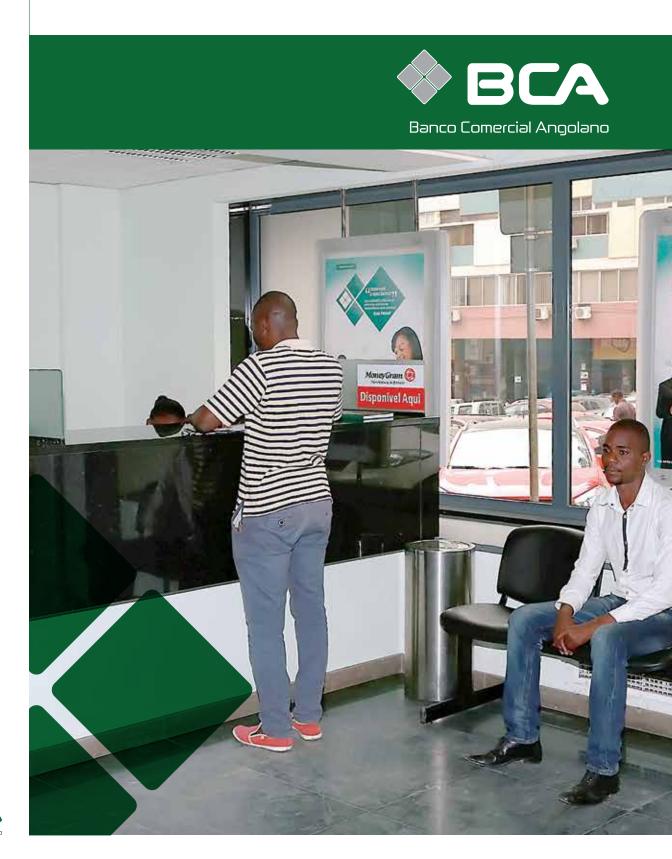
2 - Indirectos: Postos de atendimento

Multicaixas - ATM (37) Terminais de Pagamentos Automáticos - POS (165)



Instalações modernas

Para um atendimento de qualidade superior





Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Balanço					
		2013	2013	2012	2012
	NI .	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares
	Notas	de Kwanzas	de Dólares	de Kwanzas	de Dólares
Activo					
Diamonihilidadas	3	7.113.801	72.873	8.410.144	87.761
Disponibilidades Aplicações de Liquidez	3 4	10.766.538	110.292	16.090.905	167.918
Títulos e Valores Mobiliários	5	3.393.529	34.763	4.266.394	44.522
Créditos sobre clientes	6	5.856.258	59.991	4.506.368	47.027
Participações	7	70.871	726	77.726	811
Imobilizações incorpóreas	8	786.207	8.054	864.291	9.019
Imobilizações corpóreas	8	2.545.585	26.077	1.793.186	18.713
Créditos no sistema de pagamentos	9	152.599	1.563	100.107	1.045
Outros Valores	10	168.885	1.730	541.690	5.653
		30.854.273	316.069	36.650.811	382.457
Passivo					
Outras captações					
a) à vista	11	22.284	228	968.848	10.110
Depósitos					
a) à vista	12	15.719.935	161.034	16.937.396	176.744
b) a prazo ou com pré aviso	12	8.069.130	82.660	12.905.336	134.669
Obrigações no sistema de pagamentos	13	506.593	5.190	283.399	2.957
Operações cambiais	14	53.050	543	61.518	642
Outras obrigações	15	1.131.325	11.589	829.077	8.652
Provisões p/ responsabilidades potenciais		65.676	673	58.573	611
		25.567.993	261.917	32.044.147	334.385
Fundos Próprios					
Capital	16	1.308.702	15.000	1.308.702	15.000
Reserva Actualiz. Monet. Capital Social	17	82.579	-	82.579	-
Resultados potenciais	17	12.963	133	3.053	32
Reservas e fundos	17	3.212.330	32.907	2.535.396	26.458
Reserva de reexpressão		-	(829)	-	(513)
Resultado do exercício		669.706	6.941	676.934	7.095
		5.286.280	54.152	4.606.664	48.072
		30.854.273	316.069	36.650.811	382.457
			2.0.007		



Money Gram Disponivel Aqu

Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Demonstração de Resultados 2013 2013 2012 2012 Milhares Milhares Milhares Milhares Notas de Kwanzas de Dólares de Kwanzas de Dólares Juros e proveitos equiparados 18 1.507.988 15.629 1.521.266 15.941 Juros e custos equiparados 19 (290.326) (3.009)(358.481)(3.756)Margem Financeira 1.217.662 12.620 1.162.785 12.185 Comissões recebidas 20 797.159 8.262 757.474 7.938 Resultados em Op. Financeiras 21 1.213.475 12.577 961.386 10.074 Outros proveitos 22 5.977 5.999 63 62 (282)Comissões pagas (27.227)(21.240)(223)1.989.384 20.619 1.703.619 17.852 Provisões para créditos 26 16.216 168 (52.208)(547)Margem Bruta Total 3.223.262 33.407 2.814.196 29.490 Custos com Pessoal 23 (1.000.517)(10.370)(871.398) (9.131) Fornecimentos de terceiros 24 (735.296) (7.620)(595.566) (6.241)Outros adm. e de comercialização 25 (235.793) (2.444)(245.293) (2.570)(2.774)Impostos e taxas (29)(1.265)(13)8 (2.326)Amortizações do exercício (241.063) (2.498)(222.010)Provisão Compensação (80) (5.843)(61)(7.656)(3.412)(36)(43.392)(455)Outro proveitos e custos (2.224.698) (23.058)(1.986.580) (20.816) 998.564 Resultados Operacionais 10.349 827.616 8.674 27 9.151 95 3.320 35 Resultado não operacional

1.007.715

(338.009)

669.706

28

10.444

(3.503)

6.941

830.936

(154.002)

676.934



8.709

(1.614)

7.095

Provisão para Imposto Industrial

Resultado Líquido do Exercício

Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Fluxo de Caixa

	2013 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos	1.007.715	830.936
Mais:		
Amortizações	241.063	222.010
Provisões Compensação Reforma	5.843	-
Menos:		
Provisões de crédito	(16.216)	52.208
Resultado não operacional	(3.314)	-
Dividendo pago	-	(180.786)
Impostos pagos	(144.476)	(146.102)
Fluxos de actividades operacionais	1.090.615	778.266
Flutuação de crédito	(1.320.917)	(656.222)
Flutuação de outros valores	(12.137)	(51.757)
Créditos no sistema	(52.492)	22.737
Captação	(946.563)	(195.890)
Outras obrigações	108.715	324.210
Operações cambiais	(8.468)	(772.866)
Sistema de pagamentos	223.194	44.676
	(918.053)	(506.846)
Actividades de investimento		
Compra de meios fixos	(528.710)	(769.844)
Compra de títulos	872.865	6.262.096
Mercado inter-financeiro	5.324.367	(8.192.279)
Participações	6.855	(3.464)
	5.675.377	(2.703.491)
Actividades de financiamento		
Depósitos à ordem	(1.217.461)	(6.795.191)
Depósitos a prazo	(4.836.206)	7.066.644
	(6.053.667)	271.453
(Redução) em disponibilidades	(1.296.343)	(2.938.884)
Disponibilidades no início	8.410.144	11.349.028
Disponibilidades no fim	7.113.801	8.410.144





NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Banco Comercial Angolano, S.A. ("BCA" ou "Banco"), com sede em Luanda, é uma sociedade de capitais privados de residentes nacionais.

O Banco foi constituído em 17 de Março de 1997 e a actividade comercial só foi iniciada no dia 23 de Março de 1999 e desenvolve a sua actividade na área de banca universal, isto é, com igual enfoque na banca de retalho e empresas. A actividade do BCA assenta na realização de operações financeiras e na prestação de serviços permitidos aos bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, transacções em moeda estrangeira, concessão de crédito, captação de depósitos, serviços de transferência de moeda estrangeira, venda de seguros entre outros.

No final de 2013, o Banco dispunha de uma rede comercial nacional de 26 balcões/agências, dos quais, 1 foi aberto no ano de 2013.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. COMPARABILIDADE DE INFORMAÇÃO

As demonstrações financeiras anuais aqui apresentadas foram publicadas de forma a poderem ser comparadas com as do exercício anterior. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF).

2.2. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Kwanzas (AKZ) no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, e de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF, conforme definido no Instrutivo n.º 09/07 de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola (BNA), o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (AKZ), conforme Aviso n.º 15/07, art. 5º do BNA. No entanto, o Conselho de Administração assume o USD como a moeda de referência do Banco,



Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

sendo a moeda mais representativa das suas operações internacionais. Como consequência, a informação financeira é apresentada em ambas as moedas. As taxas de câmbio AKZ/USD utilizadas na preparação da informação financeira em USD foram as seguintes:

Exercício findo em	Taxa média	Taxa de encerramento
31.12.2012	95,43	95,83
31.12.2013	96,49	97,62

As demonstrações financeiras expressas em AKZ foram convertidas para USD através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- Histórica para as rubricas dos Fundos Próprios;
- Vigente no final do ano para a totalidade dos activos e passivos com a excepção das rubricas acima referidas;
- Média para a demonstração de resultados.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para USD foram incluídas na rubrica de Fundos Próprios, denominada por Reserva de Reexpressão.

2.3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A seguir são descritas as principais políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras que, a não ser para os casos especificamente estabelecidos, foram consistentemente aplicadas:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

b) Actualização monetária

As demonstrações financeiras consideram os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em caso de variação superior a 100% nos últimos três anos, mediante a correcção do valor contabilístico das contas de Imobilizado e dos Fundos Próprios.



55

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

c) Provisão para riscos de crédito

A política de constituição de provisões para riscos de crédito foi alterada, com efeitos a partir de 31 de Março de 2008, com entrada em vigor do Aviso n.º 9/07, de 12 de Setembro (posteriormente revogado pelo Aviso 03/2012, de 28 de Março).

As normas mencionadas no referido Aviso 04/09, de 18 de Junho estabelecem provisões específicas e definem os seguintes critérios para a constituição de provisões de créditos:

Classificação das operações e Provisão

As provisões são constituídas a partir das datas de concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente e em função da análise da qualidade do cliente e da operação.

Risco	Nível de Risco	Provisão mínima a ser constituída
Nulo	А	0%
Muito Reduzido	В	1%
Reduzido	С	3%
Moderado	D	10%
Elevado	Е	20%
Muito elevado	F	50%
Perda	G	100%

A classificação do crédito por níveis de risco deve ser revista:

1. Anualmente, através de uma reaferição/avaliação dos critérios que determinaram a sua classificação inicial: perfil económico e padrão comportamental do proponente/cliente, e eventuais garantias associadas, bem como o seu tipo, qualidade e montante de cobertura.

A classificação de todos os créditos da carteira, ou daqueles cujos devedores actuem em determinado sector da actividade económica ou área geográfica, é revista sempre que a Comissão Executiva entende que existem alterações significativas na conjuntura económica que afectam o risco das operações dos mesmos.



Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

2. Mensalmente, em função do atraso verificado no pagamento da prestação de capital ou juros.

Dias de atraso	Nível mínimo de risco
15 a 30	В
30 a 60	С
60 a 90	D
90 a 150	Е
150 a 180	F
Superior a 180	G

O Banco, contudo, aplicará essencialmente o dobro dos prazos previstos para esta revisão mensal uma vez que os seus créditos têm, na sua maioria, prazos superiores a 24 meses (conforme estabelecido no artigo 6° do Aviso 04/09).

d) Outras provisões

O BCA tem também constituídas provisões para garantias prestadas, cuja atribuição dos níveis de risco é regida, tal como as provisões de crédito, pelo Aviso n.º 3/12 e, provisões para a compensação de reforma dos colaboradores à luz do art. 262 da Lei Geral do Trabalho, conjugado com com o art. 3º do Decreto n.º 76/05 de 12 de Outubro.

e) Transacções em moeda estrangeira

Os resultados expressos em moeda estrangeira são registados de acordo com o princípio do sistema multi-moeda, segundo o qual, cada operação é registada exclusivamente em função das moedas intervenientes. De acordo com este método, os saldos contabilísticos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas, no fecho de cada mês contabilístico, através da aplicação da média dos câmbios de compra e venda publicados pelo Banco Nacional de Angola. A taxa de câmbio utilizada no final do exercício para a conversão em Kwanzas da principal moeda estrangeira, o Dólar Americano, foi aquela que está mencionada na nota n.º 2.2.

f) Títulos e valores mobiliários (TVM)

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efectivamente pago e atendendo as suas características e intenção aquando da aquisição, classificados nas seguintes categorias:

1. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem activa e frequentemente negociados.



57

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

- 2. Títulos mantidos até ao vencimento são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até ao vencimento. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecção de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento.
- 3. Títulos disponíveis para venda são aqueles adquiridos com o propósito de serem eventualmente negociados e por consequência não se enquadram nas demais categorias.

Os rendimentos produzidos pelos TVM, relativos a juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses são reconhecidos em contrapartida da conta que regista o correspondente custo de aquisição.

Os TVM classificados nas categorias de "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda" são ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida:

- 1. Da conta de proveitos ou custos, no resultado do período, quando referente aos títulos classificados na categoria "títulos para negociação".
- 2. Da conta de fundos próprios, quando referente aos títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda", pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos para o resultado do período somente aquando da venda definitiva.

Para fins do ajuste do valor de mercado dos títulos, a metodologia do seu apuramento segue o critério do preço definido pelo BNA.

As perdas de carácter permanente em TVM são reconhecidas imediatamente no resultado do período, observando que o valor ajustado decorrente do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Essas perdas não são revertidas em exercícios posteriores.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes de Tesouro são emitidos a desconto e registados pelo valor pago na data da operação. No fim do período, após apuramento do justo valor aplicando a metodologia acima referida, são registados ao valor apurado.

Todas as Obrigações de tesouro em carteira encontram-se registadas nos livros ao valor pago e classificados como disponíveis para venda.



Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

g) Imobilizações financeiras

As participações financeiras, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição em Kwanzas, realizado no momento da efectivação do investimento, quer a realização tenha sido efectuada em moeda local, como em moeda estrangeira. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

h) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao seu custo de aquisição.

As imobilizações corpóreas são registadas ao seu custo de aquisição. Neste estão os custos acessórios indispensáveis, ainda que anteriores à escritura, tais como emolumentos notariais, corretagens, impostos pagos na aquisição e outros.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal aplicando-se as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10-25
Equipamento informático	3
Viaturas	3
Outras imobilizações	3-10

Por forma a dar-se cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 7º do Decreto n.º 6/96, de 26 de Janeiro, as amortizações sobre o acréscimo anual do valor dos bens resultantes da reavaliação, são efectuadas no exercício económico seguinte àquele em que ocorreu a reavaliação, sendo calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal, e o seu valor apurado tendo em conta o prazo residual para o final da vida útil do bem.

i) Reserva para a manutenção dos fundos próprios

O Banco, seguindo o princípio de não determinar um resultado antes de assegurar a manutenção do poder de compra do total do capital expresso em Kwanzas, procede à protecção dos fundos Próprios denominados em Kwanzas de acordo com a variação da taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar Americano, por contrapartida da rubrica de provisões do exercício, conforme as disposições da Directiva n.º 01/2003, de 7 de Março, e do Aviso n.º 05/07, de 12 de Setembro, do Banco Nacional de Angola.



59

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

j) Imposto

Contribuição industrial

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na taxa de 35% sobre o valor total dos resultados antes de impostos, ajustados em função dos acréscimos e deduções específicas constantes da legislação fiscal em vigor.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2013. Não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios atrás referidos venha a ocorrer e, caso tal ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos, activos e passivos, são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os mesmos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Imposto de Aplicação de Capitais

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência da Reforma Tributária actualmente em curso.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações, operações de cedência de liquidez e juros de Títulos do Banco Central.

A taxa genérica é de 10%, mas poderá ser aplicada uma taxa reduzida de 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) ou uma taxa de 15%. Este imposto tem, face à redacção actual do Código do Imposto Industrial, a natureza de pagamento por conta, operando esta compensação por via da dedução à colecta que vier a ser apurada nos termos da alínea a) do número 81º do Código do Imposto Industrial.

k) Redução no valor recuperável de activos (imparidade)

O Banco avalia os seus activos periodicamente, tendo em vista a identificação de activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável.



Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Na avaliação do indício de imparidade o Banco tem em conta os seguintes indicadores:

- a) Declínio significativo no valor de um activo maior do que o esperado no seu uso normal;
- b) Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal com efeitos adversos sobre o Banco;
- c) Aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de descontos e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- d) Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- e) Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- f) Mudanças significativas na forma de utilização do activo como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- g) Indicação que o desempenho económico do activo será pior que o esperado.

I) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incertezas, contudo, não foram criadas reservas ocultas ou provisões excessivas ou, ainda, uma quantificação inadequada de activos e proveitos ou de passivos e custos.

O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese que resulte em menor património líquido, quando se apresentarem opções igualmente válidas diante dos demais princípios contabilísticos. Determina a adopção do menor valor para os componentes do activo e maior para os do passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o património líquido.

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciadas regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de provisões para o crédito concedido e Outras provisões e Impostos correntes e diferidos.



61

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. DISPONIBILIDADES

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Caixa				
-Notas e moedas nacionais	1.750.962	17.937	1.375.508	14.354
-Notas e moedas estrangeiras	284.585	2.915	375.501	3.919
	2.035.547	20.852	1.751.009	18.273
Depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA	۸)			
-Em moeda nacional	2.244.856	22.996	3.917.660	40.884
-Em moeda estrangeira	1.202.172	12.315	1.247.653	13.020
-	3.447.028	35.311	5.165.313	53.904
Cheques a cobrar – Moeda Nacional	50.524	517	9.680	101
Depósitos à ordem no estrangeiro	1.580.702	16.193	1.484.142	15.483
	1.631.226	16.710	1.493.822	15.584
	7.113.801	72.873	8.410.144	87.761

De acordo com os Instrutivos n.º 03/13, de 01 de Julho, o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional é de 15%, 50% e 100% para os depósitos totais reflectidos em Moeda Nacional de clientes, do Governo Local e do Governo Central, respectivamente. A exigibilidade das reservas é calculada semanalmente sobre a média aritmética dos saldos finais diários. Estes depósitos não são remunerados.

O saldo de Depósitos no Banco Central, a 31 de Dezembro de 2013 tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, visa satisfazer as exigências de reservas obrigatórias.

A maior parte dos depósitos no estrangeiro está nas seguintes instituiçõs bancárias: Natexis Banques Populares, Byblos Bank Europe, Commerzbank, Banco Português de Investimentos, Banco Português de Negócios e Banco Atlântico Europa.

4. OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO INTERFINANCEIRO

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Aplicações no País	9.543.615	97.765	14.602.054	152.381
Aplicações no Estrangeiro	1.221.438	12.512	1.487.366	15.522
Moedas de ouro	1.485	15	1.485	15
	10.766.538	110.292	16.090.905	167.918

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 , a rubrica "Aplicações no País" é composta por cedências de liquidez em regime "Overnight" a três bancos comerciais nacionais e por dois bancos estrangeiros.



Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

2013						
Milhares de Kwanzas	Custo de Aquisição	Actualiz. Valor Nominal	Actualiz. Justo Valor	Proveitos a receber	Provisão	Valor de balanço
Bilhetes Tesouro - MN	676.851	-	10.973	7.375	-	695.199
Obrig. do tesouro - MN						
- OT TX	421.177	20.862	-	4.019	-	446.058
- OT NR	1.497.300	(553)	9.592	13.013	-	1.519.352
Obrig. do tesouro - ME						
- OT USD	488.092	-	-	5.866	-	493.958
- OT EUR	136.200	-	(621)	5.219	(1.343)	139.455
Obrig. Subordinadas	97.619	-	-	2.864	(976)	99.507
	3.317.239	20.309	19.944	38.356	(2.319)	3.393.529

2012						
Custo de Aquisição	Actualiz. Valor Nominal	Actualiz. Justo Valor	Proveitos a receber	Provisão	Valor de balanço	
325.587	-	(79)	4.570	-	330.078	
2.621.641	-	964	36.636	-	2.659.241	
542.492	17.292	-	4.116	-	563.900	
-	-	-	-	-	-	
479.130	-	-	8.586	-	487.716	
123.215	-	3.854	1.914	(1.232)	127.751	
9.826	-	-	2.840	(958)	97.708	
4.187.891	17.292	4.739	58.662	(2.190)	4.266.394	
	Aquisição 325.587 2.621.641 542.492	Custo de Actualiz. Valor Nominal 325.587	Custo de Aquisição Actualiz. Valor Nominal Actualiz. Justo Valor 325.587 - (79) 2.621.641 - 964 542.492 17.292 - - - - 479.130 - - 123.215 - 3.854 9.826 - -	Custo de Aquisição Actualiz. Valor Nominal Actualiz. Justo Justo Valor Proveitos a receber 325.587 - (79) 4.570 2.621.641 - 964 36.636 542.492 17.292 - 4.116 - - - - 479.130 - - 8.586 123.215 - 3.854 1.914 9.826 - - 2.840	Custo de Aquisição Actualiz. Valor Nominal Actualiz. Justo Valor Proveitos a receber Provisão 325.587 - (79) 4.570 - 2.621.641 - 964 36.636 - 542.492 17.292 - 4.116 - - - - - - 479.130 - - 8.586 - 123.215 - 3.854 1.914 (1.232) 9.826 - - 2.840 (958)	

Os títulos acima detalhados foram classificados como sendo "Disponíveis para venda". Quanto às Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira, 5.000.000 Dólares dizem respeito às adquiridas do Estado Angolano, 1.000.000 Dólares constituem obrigações Subordinadas do Banco Keve e 1.000.000 Euros são do Estado Português. Os títulos e valores mobiliários, adquiridos do Estado Angolano têm o nível de risco A, ao passo que os adquiridos do Estado Português, e o do Banco Keve, têm o nível de risco B.

O Banco adquiriu do Estado Angolano no decorrer do ano de 2013 Obrigações não reajustáveis, em moeda nacional, num total de 1.497.300.000 Kwanzas.



63

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

A maturidade dos Bilhetes do Tesouro (BTs) e Obrigações do Tesouro (OTs) eram as seguintes:

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
ВТ				
Até 6 meses	-	-	2.989.319	31.195
De 6 meses a um ano	695.199	7.122	-	-
	695.199	7.122	2.989.319	31.195
OT				
Até 6 meses	457.123	4.683	-	-
Até um ano	77.034	789	253.808	2.649
Acima de um ano	2.164.173	22.169	1.023.266	10.678
	2.698.330	27.641	1.277.074	13.327
	3.393.529	34.763	4.266.393	44.522

As taxas de juros médias dos Títulos são apresentadas abaixo:

	2013 %	2012 %	Variação %
Bilhetes dos Tesouro (em Kwanzas)	5,36	3,39	1,97
Títulos do Banco Central (em Kwanzas)	-	4,62	(4,62)
Obrigações do Tesouro em MN: (TX)	7,02	7,00	0,02
Obrigações do Tesouro em ME (USD)	7,58	7,20	0,38
Obrigações estrangeiras em ME (EUR)	5,63	5,45	0,18

O banco adopta uma política de investimento em títulos e valores mobiliários à luz da realidade do mercado angolano, tendo em conta a estreita observância dos controlos de risco, essencialmente o de liquidez e de mercado.

6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Crédito interno	5.895.521	60.393	4.535.198	47.325
Créditos vencidos	171.120	1.753	206.830	2.161
Rendimentos Créditos	35.380	362	55.292	577
	6.102.021	62.508	4.797.320	50.063
Provisões de crédito	(245.763)	(2.517)	(290.952)	(3.036)
	5.856.258	59.991	4.506.368	47.027



Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

As provisões para riscos de crédito (crédito normal, vencido e de cobrança duvidosa, conforme descrito na alínea c) da Nota n.º 2.3, totalizam 245.763 milhares de Kwanzas (2012: 290.952 milhares de Kwanzas), o que representa 4,03% do total de créditos.

Os princípios básicos das políticas de concessão de crédito e aprovisionamento das perdas com créditos de liquidação duvidosa adoptados pelo Banco podem ser resumidos como segue:

- A concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Angola;
- No processo de avaliação dos riscos associados à concessão de crédito, os aspectos considerados, pretendem analisar as várias componentes do Risco de Crédito, através da identificação do impacto marginal de cada crédito, nomeadamente por sector (exposição ao sector e/ou País) e cliente (estabilidade económica e financeira e, colateralização);
- Com vista a potenciar os efeitos de mitigação, em particular no que concerne à
 diminuição de perdas advindas de Risco de Crédito, o Conselho de Administração tem
 vindo a reforçar o ambiente de controlo, conforme evidenciado pela constituição de um
 comité de recuperação de crédito que tem o objectivo de gerir os créditos vencidos e
 vincendos que apresentam um risco de crédito acrescido.

Os activos creditícios têm um forte enfoque em termos de monitorização. A dimensão e tipologia das suas operações propiciam a existência de níveis de concentração expressivos, que merecem especial atenção ao nível da gestão do risco de forma transversal.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o maior cliente do Banco representava 21,39% e 11,04% do total da carteira de crédito, respectivamente. Adicionalmente, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representavam, naquelas datas, aproximadamente, 66,93% e 62,00% da carteira de crédito, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a accionistas do Banco ou a sociedades por eles controladas ascendia a mAKZ 71.850 e mAKZ 60.485, respectivamente.

Na carteira de crédito temos registado o capital correspondente à participação no Sindicato Bancário da SONANGOL, cujo capital ascendia em 31 de Dezembro de 2013 a AKZ 100.338.723. Também está incluso o montante correspondente à participação do BCA no Sindicato Bancário Prime Imóvel (USD 279.432).



65

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Em 31 de Dezembro de 2013 a repartição sectorial do crédito do Banco era a seguinte:

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	%_
Construção	322.520	3.304	5
Comércio	912.615	9.349	15
Transportes e comunicação	98.682	1.011	2
Prestação de serviços e imobiliária	2.617.845	26.817	43
Particulares	2.150.359	22.027	35
	6.102.021	62.508	100

Em 31 de Dezembro de 2012 a repartição sectorial do crédito do Banco era a seguinte:

	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares	%_
Construção	412.731	4.307	9
Comércio	1.533.060	15.998	32
Transportes e comunicação	100.708	1.051	2
Prestação de serviços e imobiliária	908.237	9.478	19
Particulares	1.842.584	19.229	38
	4.797.320	50.063	100

Crédito por moeda:

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Kwanzas	4.486.944	45.963	2.362.199	24.650
Dólares americanos	1.614.988	16.544	2.434.942	25.411
Outras moedas	89	1	179	2
	6.102.021	62.508	4.797.320	50.063

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes, excluindo os adiantamentos a depositantes, vencia juros à taxa média anual de 17,70% e 16,47%, respectivamente, para crédito em moeda nacional e 7,10% e 9,16%, respectivamente, para crédito expresso em moeda estrangeira.



Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

A decomposição dos créditos vencido por classe de risco é como segue abaixo:

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
A	-	-	-	-
В	17.404	178	32.051	335
С	18.135	186	12.960	135
D	9.604	98	10.088	105
E	14.920	153	7.507	78
F	7.445	76	17.158	179
G	103.612	1.062	127.066	1.326
	171.120	1.753	206.830	2.158

A matriz de migração de risco dos tomadores de crédito é apresentada abaixo:

					Carteira							
	Risco	А	В	С	D	E	F	G	WO	Reduções	Total	2012
	А	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	21,49%	1.030.788.885
	В	0,00%	81,68%	0,52%	0,10%	0,08%	0,00%	0,38%	0,00%	17,25%	72,28%	3.467.641.571
	С	0,00%	10,01%	63,97%	1,53%	15,32%	0,00%	2,34%	0,00%	6,83%	1,28%	61.644.250
2012	D	0,00%	0,00%	9,67%	0,00%	16,55%	0,00%	70,25%	0,00%	3,54%	0,68%	32.448.600
(4	Е	0,00%	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	54,25%	2,44%	43,19%	0,15%	7.042.254
	F	0,00%	3,94%	0,00%	0,00%	0,00%	4,44%	75,07%	11,43%	5,12%	0,44%	21.283.916
	G	0,00%	4,06%	0,00%	1,33%	0,00%	0,00%	43,13%	32,82%	18,66%	3,68%	176.470.524
	Total	21,49%	59,04%	0,82%	0,00%	0,00%	0,02%	1,59%	1,26%	15,78%	100,00%	
	rteira . 012	1.030.788.885	2.832.257.484	39.435.391	529	0	945.563	76.120.453	60.521.123	757.250.590		4.797.320.000

A distribuição por faixa de vencimento é apresentada abaixo:

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Crédito Interno				
Em moeda estrangeira:				
Até 1 ano	432.219	4.428	584.429	6.101
De 1 a 5 anos	799.112	8.186	1.095.804	11.435
Mais de 5 anos	482.044	4.938	754.888	7.877
	1.713.375	17.552	2.435.121	25.413
Em moeda nacional:				
Até 1 ano	1.175.754	12.044	566.928	5.887
De 1 a 5 anos	3.212.892	32.912	1.760.352	18.395
Mais de 5 anos	-	-	-	-
Adiantamento a depositantes		-	34.919	368
	4.388.646	44.956	2.362.199	24.650
	6.102.021	62.508	4.797.320	50.063



Notas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foram abatidos do Activo por utilização de provisões de créditos que se encontravam classificados no nível de risco G nos montantes de mAKZ 28.973 e mAKZ 130.231, respectivamente.

Por outro lado, foram reestruturados 4 créditos que ascendiam ao valor de AKZ 370.735.729.

O movimento das provisões de crédito durante o ano 2013 é apresentado abaixo:

Milhares de Kwanzas	Provisão para crédito
Resultado em 31 de Dezembro de 2012	290.952_
Reforços	58.418
Reposições	(74.634)
Provisões do Exercício	(16.216)
Utilizações	(28.973)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	245.763

7. PARTICIPAÇÕES

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:				
Capital	26.253	269	19.593	205
Prestações Suplementares	44.980	461	34.540	360
Imparidade - capital	(362)	(4)	(363)	(4)
	70.871	726	53.770	561
Bolsa de Valores e Derivados de Angola	-	-	23.956	250
	70.871	726	77.726	811

As participações financeiras encontram-se valorizadas de acordo com o constante da alínea f) da Nota n.º 2.3. As prestações suplementares são remuneradas à taxa Libor a 6 meses mais 325 pontos de base.

Está em curso o processo de devolução pela "Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BVDA)" dos USD 250.000,00, que representavam até 2012, a participação do BCA nesta Instituição. Por este facto, este activo foi reclassificado para "Outros Valores" (Nota 10).



Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

8. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

IMOBILIZADO INCORPÓREO							
	Saldo					Saldo	
Milhares de Kwanzas	Inicial	Aumentos	Transf.	Regul.	Abate	Final	
Valor Bruto							
Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	88.516	20.963	-	-	-	109.479	
Gastos de Org. e Expansão	-	1.060	-	-	-	1.060	
Benfeitorias Imov. de Terceiro	1.062.619	80.243	(113.644)	-	-	1.029.218	
Outras Imobil. Incorpóreas	2.526	11.936	-	-	-	14.462	
	1.153.661	114.202	(113.644)	-	-	1.154.219	
A 							
Amortização Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	(76.106)	(8.699)				(84.805)	
Gastos de Org. e Expansão	(70.100)	(294)	_	-	_	(294)	
Benfeitorias Imov. de Terceiro	(210.745)	(66.386)			_	(277.131)	
Outras Imobil. Incorpóreas	(2.519)	(3.263)	_	_	_	(5.782)	
Catrac innestin interpersals	(289.370)	(78.642)	-	-	-	(368.012)	
	(2	,				(
Valor Líquido	10 110	10.074				04 (74	
Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	12.410	12.264 766	-	-	-	24.674 766	
Gastos de Org. e Expansão Benfeitorias Imov. de Terceiro	851.874	13.857	(113.644)	-	-	752.087	
Outras Imobil. Incorpóreas	7	8.673	(113.044)	-	-	8.680	
Outras imobil. Incorporeas	864.291	35.560	(113.644)			786.207	
			,			, 00.20,	
	IMORILI	ZADO CORPÓ	DREO				
	Saldo					Saldo	
Milhares de Kwanzas	Inicial	Aumentos	Transf.	Regul.	Abate	Final	
Valor Bruto							
Imóveis de Uso Próprio	767.280	535.925	113.644	_	_	1.416.849	
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	1.123.708	130.062	-	-	-	1.253.770	
Imobilizado em curso	607.905	133.607	-	-	-	741.512	
	2.498.893	799.594	113.644	-	-	3.412.131	
Amortização							
Imóveis de Uso Próprio	(41.383)	(36.298)	_	(58)	_	(77.739)	
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	(664.324)	(126.123)	_	1.640	_	(788.807)	
Imobilizado em curso	-	-	-	-	_	-	
	(705.707)	(162.421)	-	1.582	-	(866.546)	
Valantianiala							
Valor Liquido	725 007	400 427	112 4 4 4	/E0\		1 220 110	
Imóveis de Uso Próprio Móveis, Ut. Est. Equipamentos	725.897 459.384	499.627 3.939	113.644	(58) 1.640	-	1.339.110 464.963	
Imobilizado em curso	607.905	133.607	-	1.040	_	741.512	
intobinzado em curso	1.793.186	637.173	113.644	1.582		2.545.585	
	1.7 70. 100	007.170	110.044	1.002		2.040.000	

As transferências resultam da passagem para Imóvel de uso próprio, da agência do Huambo.



Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

9. CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Compensação electrónica	7.745	79	5.659	59
Escola Internacional	132.401	1.357	67.294	702
Outros devedores	354	3	18.265	191
Fundo de Maneio	12.099	124	8.889	93
	152.599	1.563	100.107	1.045

10. OUTROS VALORES

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Probecea	-	-	384.942	4.017
Adiantamentos a fornecedores	19.087	196	19.087	199
Economato	25.542	262	31.449	328
Despesas com custos diferidos	40.644	416	50.252	524
-De seguros	1.983	20	2.303	24
-Rendas e alugueres	35.041	359	42.846	447
-Outros	3.620	37	5.103	53
Participação – sede ABANC	22.944	235	24.151	253
Selos de Circulação	3.154	32	2.524	26
Outros	57.514	589	29.285	306
	168.885	1.730	541.690	5.653

Quanto à rubrica "Selos de Circulação", o saldo em nossos livros respeita ao montante dos mesmos que, em 31 de Dezembro de 2013, se encontravam em nossa posse para venda ao público na qualidade de agente autorizado para o efeito pela Direcção Nacional de Impostos, sendo de 11% a comissão cobrada pela prestação deste serviço.

A participação do BCA na aquisição da sede da ABANC é amortizada em 20 (vinte) anos, a partir de 2013.

Constam da sub-rubrica "Outros" o montante adiantado ao "Shopping Rudimba" (mAKZ 20.160), os valores a recuperar da Bolsa de Valores (mAKZ 24.405), entre outros.



Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

11. OUTRAS CAPTAÇÕES

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
À Vista:				
No estrangeiro	22.284	228	968.848	10.110
12. DEPÓSITOS				
	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Depósitos à vista:				
Em moeda nacional	10.531.791	107.887	12.171.074	127.007
Em moeda estrangeira	5.188.144	53.147	4.766.322	49.737
	15.719.935	161.034	16.937.396	176.744
Depósitos a prazo:				
Em moeda nacional	6.909.876	70.785	10.782.828	112.520
Em moeda estrangeira	1.159.254	11.875	2.122.508	22.149
	8.069.130	82.660	12.905.336	134.669
	23.789.065	243.694	29.842.732	311.413

13. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Cheques visados	251.651	2.578	145.653	1.520
Cheques e ordem a pagar MN	15.902	163	10.243	107
Outros passivos a regularizar	238.910	2.448	118.406	1.236
Sobras de caixa	130	1	9.097	94
	506.593	5.190	283.399	2.957

Constam da sub-rubrica "Outros passivos a regularizar" o montante referente às operações com a MoneyGram (mAKZ 172.466), os valores respeitantes às operações do "Sistema de Transferência a Crédito" (mAKZ 11.292), os valores respeitantes às operações no Supermercado do Jumbo (mAKZ 4.534), entre outros.



Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

14. OPERAÇÕES CAMBIAIS

	2013	2013	2012	2012
	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares
	de Kwanzas	de Dólares	de Kwanzas	de Dólares
Recursos vinculados a op. Cambiais	53.050	543	61.518	642

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Credores				
Fornecedores	388.627	3.981	409.151	4.270
Provisões e outros	222.599	2.280	15.595	163
Pessoal	100.179	1.026	92.093	961
Obrigações Fiscais	359.122	3.679	165.589	1.728
Outros	60.798	623	146.649	1.530
	1.131.325	11.589	829.077	8.652

A sub-rubrica "Obrigações Fiscais" MN refere-se, essencialmente, a dívidas por Imposto Industrial (338.009 milhares Kwanzas), retenção de IRT, Imposto de Selo, descontos para Segurança Social e Imposto de Aplicação de Capitais. Todos esses valores serão liquidados no ano de 2014.

Constam da sub-rubrica "Provisões e Outros" os montantes de custos incorridos, cujas facturas até ao fim do ano não tinham sido recebidas, tais como os custos dos serviços clínicos (mAKZ 90.647), rendas (mAKZ 27.441), serviços de comunicação (mAKZ 7.883), entre outros.

16. CAPITAL

O capital social actual do Banco é de 1.308.702 milhares de Kwanzas, equivalente a 15.000 milhares de Dólares representado por 3.271.754 acções com o valor nominal de AKZ 400 cada e encontra-se integralmente realizado. O lucro por acção é de 20,43%.



Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Em 31 de Dezembro de 2013 a estrutura accionista do banco era a seguinte:

	Número de acções	% do capital
SADINO, Lda	427.960	13,08
Salomão José Luheto Xirimbimbi	361.509	11,05
GEFI	318.854	9,75
Fundo de Pensões	305.362	9,33
José Francisco Luís António	301.701	9,22
Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse"	229.023	7,00
Mateus Filipe Martins	200.620	6,13
Afonso Domingos Van-Dúnem "Mbinda"	163.588	5,00
Casa Smart	124.354	3,80
Fernando José de Franca Van-Dunen	102.479	3,13
José Jaime Agostinho de S. Freitas	102.479	3,13
Visgosol	87.247	2,67
Lopo Fortunato Ferreira do Nascimento	68.556	2,10
Abel Fernandes da Silva	59.599	1,82
António Mosquito Mbakassy	59.599	1,82
Pedro de Castro Van-Dunem (Herdeiros)	58.919	1,80
João Manuel de Oliveira Barradas	48.555	1,49
Augusto da Silva Tomás	47.135	1,44
Marcolino José Carlos Moco	47.135	1,44
Dumilde das Chagas Rangel	28.280	0,86
IMPORAFRICA-IMOBILIÁRIA Lda.	28.280	0,86
Valentim Amões (Herdeiros)	24.608	0,75
Generoso Hermenegildo G. de Almeida	23.567	0,72
Benvindo Rafael Pitra (Herdeiros)	17.449	0,53
Estevão Pitra	8.724	0,27
Isaac Francisco Mário dos Anjos	8.724	0,27
José Amaro Tati	8.724	0,27
Santos Matoso Júnior	8.724	0,27
Total	3.271.754	100,00

17. CAPITAL E MOVIMENTO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

		RESERVA				
Milhares de Kwanzas	Capital Social	Actualização Monetária Capital Social	Reservas e Fundos	Result. Potenc.	Result. Exerci.	Total
Resutado em 31 de Dez. de 2012	1.308.702	82.579	2.535.396	3.053	676.934	4.606.664
Resultado Transitado	-	-	676.934	-	(676.934)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Anulações de Reservas e Fundos	-	-	-	(3.053)	-	(3.053)
Reserva Reavaliação Justo Valor 2013	-	-	-	12.963	-	12.963
Resultado do exercício	-	-	-	-	669.706	669.706
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.308.702	82.579	3.212.330	12.963	669.706	5.286.280

As Reservas para Manutenção de Fundos Próprios foram calculadas com base na política contabilística descrita na alínea i) da Nota n.º 2.3.



Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Os montantes registados nas rubricas de Reserva Legal e Outras Reservas foram constituídos nos termos da legislação aplicável e corresponde à aplicação do resultado líquido em Kwanzas referente ao exercício anterior.

Do valor total de reservas apenas estão disponíveis para distribuição os valores relativos a outras reservas.

Os resultados potenciais derivam da valorização a justo valor de alguns títulos classificados como disponíveis para venda, cujo total apurado foi de 19.943 milhares de Kwanzas e após dedução do imposto diferido no valor de 6.980 milhares de Kwanzas, resultou numa reserva de 12.963 milhares de Kwanzas.

18. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Crédito Interno	635.631	6.588	496.974	5.208
Juros Aplic. em I.C. no Estrang. "ME"	5.554	58	4.987	52
Juros Aplic. em I.C. no País	702.175	7.277	335.637	3.517
Juros Devedores Outras Aplicações	35.198	365	43.228	453
Títulos	129.430	1.341	640.440	6.711
	1.507.988	15.629	1.521.266	15.941

As rubricas Juros de Aplicações em Instituições de Crédito reflectem os juros provenientes de aplicações financeiras quer no país, quer no estrangeiro, e em diferentes moedas.

Os juros de crédito interno reflectem a remuneração respeitante ao exercício de 2013 de todos os créditos concedidos. Deles constam AKZ 16.434 milhares recebidos pela participação no Sindicato bancário SONANGOL.

Os proveitos relativos a títulos respeitam à remuneração de TBCs, BTs e OTs, dos quais o IAC é cobrado nos juros de dívida pública, BTs e OTs.

19. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Depósitos	288.680	2.992	334.951	3.510
Recursos de IC's no Pais – MN	-	-	17.443	183
Outros Recursos ref. Op.Venda Títulos				
c/ Acordo Recompra	1.646	17	6.087	63
	290.326	3.009	358.481	3.756

Os custos constantes desta rubrica são compostos pelas remunerações do exercício de 2013 pagas aos clientes, respeitantes às suas aplicações em depósitos a prazo.



Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

20. COMISSÕES RECEBIDAS

de	2013 Milhares Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Comissões recebidas p/ levantamento. MN e ME	65.789	682	59.285	621
Por serviços bancários prestados	716.545	7.426	679.368	7.120
Por garantias prestadas	14.825	154	18.821	197
	797.159	8.262	757.474	7.938

As comissões por serviços bancários correspondem aos proveitos obtidos com a intermediação das operações de importação, transferências MoneyGram, seguros entre outros.

21. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Lucros em operações cambiais	2.400.887	24.884	973.827	10.204
Prejuízos em operações cambiais	(1.187.412)	(12.307)	(12.441)	(130)
	1.213.475	12.577	961.386	10.074

22. OUTROS PROVEITOS

2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
35	1	235	2
4.660	48	2.200	23
1.277	13	1.598	17
5	-	1.966	21
5.977	62	5.999	63
	Milhares de Kwanzas 35 4.660 1.277	Milhares de Kwanzas Milhares de Dólares 35 1 4.660 48 1.277 13 5 -	Milhares de Kwanzas Milhares de Dólares Milhares de Kwanzas 35 1 235 4.660 48 2.200 1.277 13 1.598 5 - 1.966

23. CUSTOS COM PESSOAL

2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
38.321	397	36.787	384
115.681	1.200	24.599	4
814.541	8.442	787.247	8.081
31.974	331	22.765	662
1.000.517	10.370	871.398	9.131
	Milhares de Kwanzas 38.321 115.681 814.541 31.974	Milhares de Kwanzas de Dólares 38.321 397 115.681 1.200 814.541 8.442 31.974 331	Milhares de Kwanzas Milhares de Dólares Milhares de Kwanzas 38.321 397 36.787 115.681 1.200 24.599 814.541 8.442 787.247 31.974 331 22.765

O número de empregados ao serviço do Banco em 31 de Dezembro de 2013 foi de 253 (em 31 de Dezembro de 2012 era de 243).



Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

24. FORNECIMENTO DE TERCEIROS

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Comunicações	165.476	1.715	81.010	849
Conservação e reparação	34.830	361	39.826	417
Custos c/ trabalho independente	53.236	551	44.231	463
Deslocações	46.902	486	67.779	710
Fornecimentos de terceiros	197.160	2.043	168.999	1.771
Publicidade	76.959	798	72.197	757
Rendas e alugueres	153.334	1.589	117.878	1.235
Seguros	7.399	77	3.646	39
	735.296	7.620	595.566	6.241

25. OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Serviços de informática	57.802	599	45.532	477
Serviços de segurança	91.543	949	92.579	970
Transportes de pessoal e de valores	26.835	278	23.694	248
Encargos c/ formação do pessoal	13.352	138	14.503	152
Outros serviços de terceiros	46.261	480	68.985	723
	235.793	2.444	245.293	2.570

Constam da sub-rubrica "Outros Serviços de Terceiros" os custos com serviços eventuais de limpeza (mAKZ 14.732), os patrocínios (mAKZ 7.855), entre outros.

26. PROVISÕES

	2013	2013	2012	2012
	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares
	de Kwanzas	de Dólares	de Kwanzas	de Dólares
Para crédito e juros vencidos	16.216	168	52.208	547

27. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Recuperação de créditos incobráveis	5.837	61	5.782	61
Proveitos exercícios anteriores	5.146	53	28.302	297
Custos exercícios anteriores	(1.832)	(19)	(30.743)	(322)
Outros resultados	-	-	(21)	(1)
	9.151	95	3.320	35



Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

28. IMPOSTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos do cálculo do imposto industrial é como se segue:

	2013 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos	1.007.715	830.936
Multas fiscais e outros custos não dedutíveis	19.691	17.197
Benefícios fiscais	58.608	(408.128)
Lucro tributável	968.798	440.005
Taxa nominal	35%	35%
Imposto a pagar	339.079	154.002
Dedução IAC (65%)	1.070	-
Imposto a pagar - Liquido	338.009	154.002
Taxa efectiva	34%	19%

Os benefícios fiscais são compostos pelos juros dos títulos públicos. As deduções de IAC do imposto a pagar são retenções na fonte sobre os juros de aplicações no Banco Nacional de Angola, assim como sobre os da obrigação do Banco Keve, por terem sido já objecto de tributação (Imposto de Aplicação de Capitais – IAC).

29. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Garantias prestadas e outros				
passivos eventuais				
Garantias e avales prestados	18.000	184	(810.981)	(8.463)
Crédito documentários abertos	1.845.276	18.903	(384.052)	(4.008)
	1.863.276	19.087	(1.195.033)	(12.471)
Responsabilidades por prestação				
de serviços				
Depósito e guarda de títulos	-	-	(3.081.311)	(32.115)
Garantias recebidas				
Garantias recebidas	9.046.715	92.674	1.075.646	11.225



Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

30. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas, foram os seguintes:

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	2012 Milhares de Kwanzas	2012 Milhares de Dólares
Activo:				
Outros valores	-	-	384.942	4.017
Crédito	71.850	736	60.485	631
	71.850	736	445.427	4.648
Passivos:				
Depósitos	415.471	4.257	17.694	185
	415.471	4.257	17.694	185

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as entidades relacionadas são os accionistas do Banco.

31. BALANÇOS POR MOEDA

	2013 Moeda	2013 Moeda	
	Nacional (Expressa em AKZ)	Estrangeira (Expressa em AKZ)	Total
ACTIVO			
Disponibilidades	4.046.342	3.067.459	7.113.801
Operações no mercado inter financeiro	9.545.100	1.221.438	10.766.538
Títulos e Valores Mobiliários	2.658.290	735.239	3.393.529
Créditos sobre clientes	4.241.181	1.615.077	5.856.258
Participações	70.871	0	70.871
Imobilizações incorpóreas	786.207	0	786.207
Imobilizações corpóreas	2.545.585	0	2.545.585
Créditos no sistema de pagamentos	21.715	130.884	152.599
Outros Valores	112.692	56.193	168.885
	24.027.983	6.826.290	30.854.273
PASSIVO			
Captações para liquidez	_	_	_
Outras captações	_	22.284	22.284
Depósitos	17.441.667	6.347.398	23.789.065
Obrigações no sistema de pagamentos	481.339	25.254	506.593
Operações cambiais	-	53.050	53.050
Outras obrigações	780.359	350.966	1.131.325
Provisões p/ responsabilidades potenciais	150	65.526	65.676
	18.703.515	6.864.478	25.567.993
FUNDOS PRÓPRIOS			5.286.280



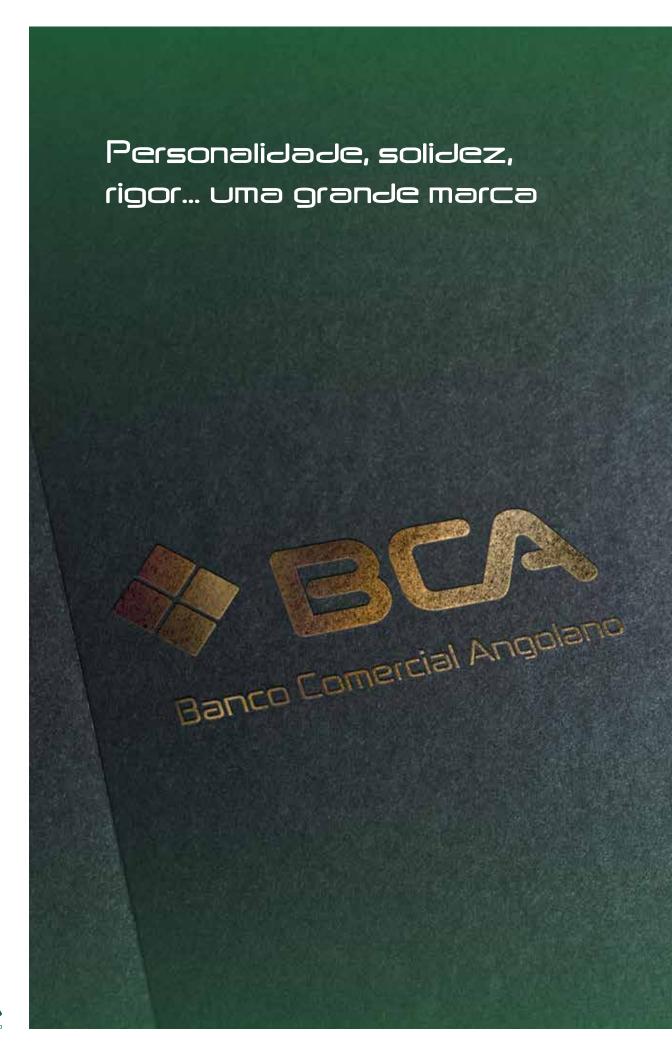
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

	2012 Moeda Nacional (Expressa em AKZ)	2012 Moeda Estrangeira (Expressa em AKZ)	Total
ACTIVO	•		
Disponibilidades	5.302.367	3.107.076	8.409.443
Operações no mercado inter financeiro	14.576.763	1.514.142	16.090.905
Títulos e Valores Mobiliários	3.553.219	713.175	4.266.394
Créditos sobre clientes	1.813.804	2.692.564	4.506.368
Participações	77.726	-	77.726
Imobilizações incorpóreas	864.291	-	864.291
Imobilizações corpóreas	1.793.186	-	1.793.186
Créditos no sistema de pagamentos	32.783	67.294	100.077
Outros Valores	541.690	-	541.690
	28.555.829	8.094.251	36.650.080
PASSIVO			
Outras captações	-	968.145	968.145
Depósitos	21.890.822	7.951.910	29.842.732
Obrigações no sistema de pagamentos	283.369	-	283.369
Operações cambiais	-	61.518	61.518
Outras obrigações	579.369	249.709	829.078
Provisões p/ responsabilidades potenciais		58.574	58.574
	22.753.560	9.289.856	32.043.416
FUNDOS PRÓPRIOS			4.606.664

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de Dezembro de 2013 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do banco.







Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

De acordo com as disposições legais e regulamentares angolanas, cumpre ao Conselho Fiscal emitir um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e emitir um parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Comercial Angolano (BCA) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a evolução da actividade da Sociedade e verificou a regularidade dos registos contabilísticos, como da respectiva documentação. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, nos termos que apraz registar.

As contas foram objecto de uma auditoria completa levada a cabo pelos auditores externos do Banco, cuja opinião é que as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BCA em 31 de Dezembro de 2013 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário.

Tendo ponderado o relatório do Auditor Externo, é parecer do Conselho Fiscal que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2013.

onselho Fiscal

24 de Abril de 2014



Relatório Jos Auditores Externos



Ao Conselho de Administração do Banco Comercial Angolano

Relatório do Auditor Independente

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial Angolano que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 30.854.273 milhares de Kwanzas, e um capital próprio de 5.286.280 milhares de Kwanzas, o qual inclui um resultado líquido do exercício no montante de 669.706, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao efectuar essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada Edifício Presidente - Largo 17 de Setembro, n.º 3, 1º andar – sala 137, Luanda - República de Angola T: +244 227 286 109, +244 222 311 295, www.pwc.com/ao



Relatório dos Auditores Externos



finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Comercial Angolano, em 31 de Dezembro de 2013 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário.

Outros assuntos

Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que os valores referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, apresentados nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, foram examinados por outra firma de auditoria. O respectivo relatório de auditoria, emitido com data de 5 de Junho de 2013, incluía uma ênfase sobre uma matéria sem impacto nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2012 e 2013.

Por PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda

Ricardo Santos

Ricardo Santos Partner

Luanda, 23 de Abril de 2014



